

**FUNDAÇÃO HOSPITALAR GETÚLIO VARGAS –FHGV**  
**MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL / RS**  
**CONCURSO PÚBLICO EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2020 CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIAS**  
**SUGERIDAS**

**DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA – CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL**

Compreensão e interpretação de textos; significado contextual e substituição de palavras e expressões; vocabulário. Sinônimos e antônimos. Pontuação de frases; sinais de pontuação e seu uso. Classificação e flexão de palavras: singular e plural; masculino e feminino. Ortografia e acentuação. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 39.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. FARACO & MOURA. Gramática Nova. São Paulo: Ática, 2010. CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português. Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

**DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR**

Compreensão e interpretação de textos; significado contextual e substituição de palavras e expressões; vocabulário. Significação das palavras: sinônimas, antônimas e homônimas. Pontuação. Classes e formação de palavras. Ortografia e acentuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. A oração e seus termos. Flexão nominal e verbal. Emprego de tempos, modos e vozes verbais. Ocorrência de crase. O uso dos porquês. Emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos. Colocação pronominal. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. FARACO & MOURA. Gramática Nova. São Paulo: Ática, 2010. CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português. Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

**DISCIPLINA DE LEGISLAÇÃO – CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

Constituição Federal. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente. Sistema Único de Saúde - SUS. Políticas de Humanização. Epidemiologia. Informação em Saúde. Gestão participativa em saúde. Educação e trabalho em saúde. Política Nacional de Atenção em Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Política de Educação Permanente em Saúde. Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Urgência e Emergência. Política Nacional de Atenção às Urgências. Legislação em Saúde. Legislação da Fundação de Saúde de Sapucaia do Sul. Regulamento de Pessoal da Fundação de Saúde de Sapucaia do Sul. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. \_\_\_\_\_. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003. \_\_\_\_\_. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. \_\_\_\_\_. Lei nº. 8.080/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001. \_\_\_\_\_. Humaniza SUS: ambiência. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. \_\_\_\_\_. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011 Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (NOB/RH-SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. \_\_\_\_\_. A construção do SUS: história da reforma sanitária e do processo participativo/Vicente de Paula Faleiros. et al. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006a. (Série I História da saúde no Brasil). \_\_\_\_\_. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Brasília, Ministério da Saúde, 2006. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal nº. 3684/2015. Dispõe sobre a Fundação de Saúde Sapucaia do Sul. \_\_\_\_\_. Regulamento de Pessoal da Fundação. Disponível em: <http://www.fhgv.com.br/home/wpcontent/uploads/2018/01/Regulamento-de-Pessoal-28-dez-2017-1.pdf>

**DISCIPLINA DE LEGISLAÇÃO – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR**

Constituição Federal. Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente. Sistema Único de Saúde SUS. Políticas de Humanização. Epidemiologia e Informação em saúde. Gestão participativa em saúde. Educação e trabalho em saúde. Política Nacional de Atenção em Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Política de Educação Permanente em Saúde. Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Lei Municipal de Sapucaia do Sul nº 3684/2015. Urgência e Emergência. Política Nacional de Atenção às Urgências. Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde. Legislação em Saúde. Legislação da Fundação de Saúde de Sapucaia do Sul. Regulamento de Pessoal da Fundação de Saúde de Sapucaia do Sul. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. \_\_\_\_\_. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003. \_\_\_\_\_. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. \_\_\_\_\_. Lei nº. 8.080/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 1990. \_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Brasília, 1999. \_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001. \_\_\_\_\_. Humaniza SUS: ambiência. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. \_\_\_\_\_. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011 Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). \_\_\_\_\_. Portaria nº 252, de 20 de fevereiro de 2013. Institui a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS. Brasília, 2013. \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Saúde. Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (NOB/RH-SUS). Brasília, Ministério da Saúde, 2005. \_\_\_\_\_. A construção do SUS: história da reforma sanitária e do processo participativo/Vicente de Paula Faleiros. et al. Brasília, Ministério da Saúde, 2006. (Série I História da saúde no Brasil). \_\_\_\_\_. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Brasília, Ministério da Saúde, 2006. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal nº. 3684/2015. Dispõe sobre a Fundação de Saúde Sapucaia do Sul. \_\_\_\_\_. Regulamento de Pessoal da Fundação. Disponível em: <http://www.fhgv.com.br/home/wpcontent/uploads/2018/01/Regulamento-de-Pessoal-28-dez-2017-1.pdf>

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM AUXILIAR DE COZINHA**

Higiene e segurança alimentar. Higienização de utensílios de cozinha. Pré-preparo, preparo e processamento de alimentos. Dietas hospitalares. Boas práticas para produção, manipulação, conservação e exposição de alimentos. Armazenamento de alimentos. Equipamentos industriais. Seleção de ingredientes. Saúde e segurança no trabalho. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos. Brasília, Ministério da Saúde, 2019. BRASIL. Ministério do Trabalho. Norma Regulamentadora 6 – NR6. Dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Brasília. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf> \_\_\_\_\_. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Brasília, 3ª edição. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira – 2ª ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. HAZELWOOD, D.; MCLEAN, A. C. Manual de Higiene para Manipuladores de Alimentos. São Paulo: Varela, 1994. ORNELLAS, Lieselotte H. Técnica dietética: seleção e preparo de alimentos. São Paulo: Atheneu, 2001. RECINE, Elisabetta; RADAELLI, Patrícia. Cuidados com os alimentos. NUT/FS/UnB – ATAN/DAB/SPS. Disponível em: [http://bvsm.sau.br/bvs/publicacoes/cuidado\\_alimentos.pdf](http://bvsm.sau.br/bvs/publicacoes/cuidado_alimentos.pdf)

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM AUXILIAR DE MANUTENÇÃO**

Conhecimentos gerais sobre instalações elétricas; cores utilizadas para condutores; fase, neutro, retorno, alimentadores de comando. Chaves interruptoras (simples, duplo, hotel), tomadas de força, disjuntores e contadores. Iluminação; tipo de lâmpadas e luminárias. Conhecimentos gerais sobre manutenção mecânica; ventiladores, ar condicionado, carros de transporte, mecanismo de esquadrias – portas, janelas, dobradiças, fechaduras e outros componentes. Conhecimentos gerais sobre hidráulica, carpintaria e serviços de alvenaria;

ferramentas e materiais utilizados na manutenção de instalações hidrossanitárias; ferramentas e equipamentos utilizados na realização de serviços de carpintaria e marcenaria; conhecimentos gerais de serviços de construção civil; uso de nível, prumo e esquadro; conhecimento de traços para argamassas; assentamento de pisos e revestimentos de paredes. Pintura predial geral. Métodos de aplicações de pintura em alvenaria, madeira, aço e outros materiais. Compressores – tipos e funcionamento. Pistola de Pintura – preparação, aplicação, manutenção e limpeza. Diluentes e solventes aplicáveis para tintas e vernizes. Preparação de superfícies para pintura em diferentes tipos de materiais. Nomenclatura, utilização e especificações de ferramentas na Construção Civil, em especial em serviços de conservação e manutenção. Equipamentos de Proteção Individual – EPI. NR 6. Equipamentos de Proteção Coletiva –EPC. Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – NR 18. Higiene e segurança no trabalho. Cálculos simples relacionados à construção civil, áreas e quantificação de materiais. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA do Cimento Portland. Apostila mãos à obra. Atlas Copco – Manual do Ar Comprimido. BRASIL. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho; em especial: NR 6 – Equipamento de Proteção Individual (EPI). NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade NR 18 – Condições e meio ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil. Catálogos de empresas fabricantes de Tintas como Suvinil, Killing, Renner. Catálogos de fabricantes de ferramentas para pintura como: Famastil, Tramontina e Atlas. FERRAMENTAS GERAIS – MRO: Manutenção Reparo Operações – Guia de Suprimentos Industriais. Porto Alegre/RS, 2002/2003. L'HERMITE, Robert. Ao pé do muro. Brasília: SENAI-DF/Centro da Tecnologia da Construção, 1995. PIANCA, J.B. Manual do construtor. Porto Alegre: Globo, 1980. REGO, Nadia Vilela de Almeida. Tecnologia das construções. Editora ao Livro Técnico, 2000. VERÇOZA, E.J. Materiais de construção. Porto Alegre: Sagra, 1987.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM AUXILIAR DE SEGURANÇA**

Serviços de portaria, organização e planejamento. Segurança Patrimonial. Controle de entrada e saída de veículos e visitantes. Apresentação pessoal. Formas de tratamento. Atender e efetuar ligações telefônicas, transmitir fax, receber e dar informações, anotar recados, manter registro de ligações realizadas e recebidas. Conhecimento dos telefones públicos de emergência, como Pronto Socorro, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros. Noções básicas de Relações Humanas no Trabalho. Ética e relacionamento interpessoal. Atendimento ao público interno e externo. Elementos da comunicação: emissor, receptor. Utilização de equipamentos de comunicação (rádio comunicadores portáteis). Uso de Equipamento de Proteção Individual. Segurança no trabalho. Noção de prevenção e combate a incêndio. Tipos de fogo (de incêndio). Tipos e usos de equipamentos de prevenção e combate a incêndio (extintores, hidrantes, sprinklers, alarmes de incêndio). Sinalização de segurança. Acondicionamento de resíduos sólidos, tipos de resíduos, cores utilizadas para a identificação dos tipos de resíduos. Cores de tubulações de redes (tubulações) de água fria e quente, GLP, vapor, gases, água para incêndio, etc. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ABNT - NBR 6493 - Emprego de cores para identificação de tubulações. DANTAS, Brandão. Atendimento ao público nas organizações – São Paulo: Senac, 2010. GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: LTr, 2011. HARGREAVES, Lourdes; ZUANETTI, Rose; LEE, Renato et al. Qualidade em prestação de serviços. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2001. NAKANE, Andréa – Técnicas de Organização de Eventos – Rio de Janeiro: IBPI Press, 2000. NEIS, Ignácio Valentim. Telefonista e recepcionista: manual teórico e prático. Porto Alegre, 1999. SANTOS, Gerson dos. Administração patrimonial. Florianópolis: Papa-livro, 1997. NUNES, Carlos Maurítonio. Vigilância patrimonial privada: (comentários a legislação). São Paulo: LTR, 1996. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NRs). Manuais de rádio comunicadores. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/54819062/Manual-Do-Usuario-Radio-EP450>. Prefixos de operadoras de telefonia. Códigos de Discagem.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM COSTUREIRO**

Leitura e interpretação de moldes e marcações de riscos e tamanhos. Costura manual e com uso de máquinas de costura domésticas e industriais. Tipos de pontos (chuleado, pesponto, alinhavo, ponto corrido, etc. Tipos e usos de agulhas. Conhecimentos básicos de máquinas relacionadas ao corte, costura, passagem, calandragem e secagem de peças de vestuário, cama, mesa e banho. Costura em napa, couro, curvin, vinil e materiais para confecção de proteção e forragem de peças como colchões, cadeiras, almofadas, prismas de

espuma e esponjas de acessórios de cama. Costura e reparo de roupas de vestuário como aventais, jalecos, campos cirúrgicos, gorros, propés, máscaras faciais, bem como de forros e proteções de máquinas e equipamentos. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: Guia básico de costura. Disponível em < <http://morandosemgrana.com.br/guia-basico-de-costura-primeiros-passos-epontos-basicos-de-costura-manual/>> Novo livro de costuras Singer. Editora Melhoramentos. Autoria coletiva da Editora. GUTERMANN. ABC da costura. Editora Melhoramentos. Pronto Socorro da Costura. Editora Melhoramentos. 2011. MACHADO, Bruna. Corte, Costura e Modelagem. Editora Escala. 2012.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM COZINHEIRO**

Alimentos e nutrientes. Fundamentos de alimentação. Fundamentos básicos de nutrição. Higiene e segurança alimentar. Higienização de utensílios de cozinha. Pré-preparo, preparo e processamento de alimentos. Dietas hospitalares. Técnica dietética. Boas práticas para produção, manipulação, conservação e exposição de alimentos. Armazenamento de alimentos. Equipamentos industriais. Saúde e segurança no trabalho. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos. Brasília, Ministério da Saúde, 2019. BRASIL. Ministério do Trabalho. Norma Regulamentadora 6 – NR6. Dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Brasília. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf> \_\_\_\_\_. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Brasília, 3ª edição. \_\_\_\_\_. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2013. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira – 2ª ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. HAZELWOOD, D.; MCLEAN, A. C. Manual de Higiene para Manipuladores de Alimentos. São Paulo: Varela, 1994. ORNELLAS, Lieselotte H. Técnica dietética: seleção e preparo de alimentos. São Paulo: Atheneu, 2001. RECINE, Elisabetta; RADAELLI, Patrícia. Cuidados com os alimentos. NUT/FS/UnB – ATAN/DAB/SPS. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado\\_alimentos.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_alimentos.pdf)

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

Administração de materiais. Atendimento ao público. Contabilidade. Administração Financeira e Orçamentária. Gestão Pública. Noções de Administração geral e pública. Qualidade. Gestão de Pessoas. Redação Oficial. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia. 9. ed. Nova Lima, MG: Falconi, c2013. CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014. DUTRA, Joel Souza; DUTRA; Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. Gestão de Pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017. FENILI, Renato. Administração de recursos materiais e patrimoniais para concursos: abordagem completa. São Paulo, SP: METODO, [2011]. KASPARY, Adalberto J. Redação oficial: normas e modelos, 20. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2017. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Excelência em atendimento ao cliente: Atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo. São Paulo, SP: M.Books, [2012]. LOURENÇO, Nivaldo Vieira. Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão (livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2016. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 7 edição. 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mccasp>. Acesso em 25 de janeiro de 2018. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos da administração: introdução à teoria geral e aos processos da administração. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. MENDES, Sérgio. Administração financeira e orçamentária: teoria e questões. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. RODRIGUES, Carlos Eduardo; SILVA, Dorival Caldeira da; SEVERINO, Fátima Regina Giannasi. Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM AUXILIAR DE LABORATÓRIO – FARMÁCIA HOSPITALAR**

Ética da profissão farmacêutica. Cálculos farmacêuticos. Assistência farmacêutica. Farmácia hospitalar. Sistemas de distribuição de medicamentos. Dispensação de medicamentos de interesse à saúde. Organização de almoxarifados. Controle de estoques de medicamentos e materiais de consumo. Controle sanitário do

comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Vigilância sanitária e conhecimentos de medicamentos genéricos, de medicamentos estratégicos e excepcionais. URM (Uso Racional de Medicamentos). Farmacologia. Legislação na área da Saúde. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ALLEN LV Jr; POPOVICH, NG; ANSEL, HC. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. ANSEL H, Prince SJ. Manual de cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2008. ANVISA. RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. BISSON, MP. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. São Paulo: Manole, 2016. BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. \_\_\_\_\_. Resolução nº 596 de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética da Profissão Farmacêutica. GOMEZ R, Torres ILS. Farmacologia Clínica. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Elsevier, 2017. GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: LTr, 2015. MAGALHÃES GOMES, MJV; REIS, AMM. Ciências Farmacêuticas. Uma Abordagem em Farmácia Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2001. STORPITIS, S.; MORI, A. L. P. M.; YOCHIY, A.; RIBEIRO, E.; PORTA, V. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM DESENHISTA PROJETISTA DE ARQUITETURA**

Conteúdos Programáticos: Aspectos gerais do desenho técnico. Glossário e termos técnicos. Leitura e interpretação de projeto arquitetônico. Projeções ortogonais. Cortes e Seções. Perspectivas. Cotação. Escalas. Desenho técnico de Arquitetura e Engenharia Civil. Desenho técnico em sistemas CAD. Normas técnicas NBR. Desenho Artístico. Desenho de observação. AutoCAD: Interface do programa; Elementos de geometria e primitivas 2D e 3D; Edição; Propriedades dos objetos; Camadas; Hachuras; Textos; Cotas; Plotagem; Utilização de biblioteca e símbolos; Configurações. Sketchup: Modelagem; Edição; Visualização. Revit: Modelagem, edição, visualização, configuração de vistas, montagem de pranchas. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10068 Folha de desenho: leiaute e dimensões. Rio de Janeiro: ABNT, 1987. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10126 Contagem em Desenho Técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1987. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10582 Apresentação da folha para desenho técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1988. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12298: Representação de corte por meio de hachuras em desenho técnico: Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1995. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13142 Desenho Técnico: dobramento de cópias. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13272: Desenho técnico – Elaboração das listas de itens. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5444 Símbolos gráficos para instalações elétricas prediais. Rio de Janeiro: ABNT, 1989. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6492 Representação de Projetos de Arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7191: Execução de desenhos para obras de concreto simples ou armado: Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1982. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução: Procedimento. Rio de Janeiro :ABNT, 1999. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8196 Desenho Técnico: emprego de escalas. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8402 Execução de Caractere para Escrita em Desenho Técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8403 Aplicação de Linhas em Desenho - Tipos de Linhas - Larguras das linhas. Rio de Janeiro: ABNT, 1984. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001. AUTOCAD. Ajuda do AutoCAD (Ajuda eletrônica integrada ao Programa). BALDAM. R. COSTA, L. OLIVEIRA, A. AutoCAD 2016 utilizando totalmente. São Paulo: Érica, 2015. CHING, F. D. K. Arquitetura de interiores ilustrada. Porto Alegre: Bookman, 2013. CHING, F. D. K. Desenho para arquitetos. Porto Alegre: Bookman, 2012. CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2011. KUBBA, S. A. A. Desenho técnico para

construção. Porto Alegre Bookman, 2014. MARMO, C. M. B.; MARMO, N. Desenho geométrico. São Paulo: Scipione, 1994. MONTENEGRO, G. A. Desenho arquitetônico. São Paulo: Edgard Blücher, 1997. REVIT. Ajuda do Revit (Ajuda eletrônica integrada ao programa). SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal Nº 2.896, de 11/10/2006 Institui o PLANO DIRETOR, suas diretrizes, adequando ao Estatuto das Cidades e dá outras providências. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal Nº 651/1977. Dispõe sobre loteamentos e dá outras providências. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal Nº 662, de 13/02/1978 Institui o Código de Edificações e disciplina a sua aplicação. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal Nº 966/1984. Institui o Código de Posturas para o Município de Sapucaia do Sul e dá outras providências. SILVA, A., RIBEIRO, C., DIAS, J., SOUZA, L. Desenho Técnico Moderno. Rio de Janeiro: LTC, 2006. SKETCHUP. Ajuda do SketchUp (Ajuda eletrônica integrada ao programa).

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ELETRICISTA**

Circuitos elétricos monofásicos e trifásicos. Motores elétricos CC e CA. Grandezas elétricas e magnéticas. Eletromagnetismo. Transformadores. Medidas elétricas. Acionamentos elétricos. Redes de distribuição de energia elétrica. Instalações elétricas de BT e MT. Instalações elétricas industriais, prediais e residenciais. Luminotécnica. Instalações telefônicas e de transmissão de dados. Equipamentos elétricos. Eletrônica Industrial. Eletrônica de Potência. Instrumentação. Aterramento e Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas. Normas Regulamentadoras. Normas Técnicas. Leitura de desenho técnico de Engenharia. Circuitos elétricos. Malhas. Sistema ITMédico. Uso de Equipamentos de análise de propriedades elétricas (Multímetro). Quadros de comando e de distribuição. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ABNT NBR 5410:2008 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão. ABNT NBR 5419: 2005 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas. AHMED, Ashfaq. Eletrônica de Potência. São Paulo: Prentice Hall, 2000. BALBINOT, Alexandre; Brusamarello, Valner J.; Instrumentação e Fundamentos de Medidas. V1. Rio de Janeiro: LTC, 2006. COTRIM, Ademaro A. M. B.; Instalações Elétricas. 5ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. CHAPMAN, Stephen. Fundamentos de Máquinas Elétricas, 5. ed. São Paulo, McGraw Hill, 2011. FRANCHI, Claiton. Acionamentos Elétricos. São Paulo: Editora Érica, 2008. GUSSOW, Milton. Eletricidade básica. São Paulo: Bookman, 2005. JOHNSON, David; HILBURN, John; JOHNSON, Johnny. Fundamentos de análise de circuitos elétricos. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1994. JR HAYT, William. Eletromagnetismo. Rio de Janeiro: Editora LTC, 4ª Ed. 1994. KAGAN, N.; OLIVEIRA, C.; ROBBIA, E.; Introdução aos sistemas de distribuição de energia elétrica. São Paulo: Blucher. 2ª Ed. 2010. MAMEDE, João. Instalações elétricas industriais. Rio de Janeiro: LTC, 2010. GED-13 - Fornecimento em Tensão Secundária de Distribuição, disponível em: <http://sites.cpfl.com.br/documentos-tecnicos/GED-13.pdf>. GED-4621 - Medição agrupada para fornecimento em tensão secundária de distribuição, disponível em <http://sites.cpfl.com.br/documentos-tecnicos/GED-4621.pdf>. GED-119 - Fornecimento de Energia Elétrica a Edifícios de uso Coletivo: <http://sites.cpfl.com.br/documentos-tecnicos/GED-119.pdf>. GED-2855 - Fornecimento em Tensão Primária 15kV, 25kV e 34,5kV - Volume 1, disponível em: <http://sites.cpfl.com.br/documentos-tecnicos/GED-2855.pdf>.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM MOTORISTA**

Legislação de trânsito. Código de Trânsito Brasileiro (CTB) - Lei 9.503, de 23/09/97 e legislação complementar atualizada. Sistema Nacional de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização (vertical e horizontal). Veículos – tipos e usos. Habilitação. Infrações. Medidas administrativas. Processo administrativo. Recursos. Crimes de trânsito. Direção defensiva. Condições adversas. Acidentes. Mecânica básica. Principais sistemas e dispositivos de veículos automotivos - elétrico, de alimentação de ar e combustível, de transmissão, de arrefecimento/refrigeração, de lubrificação, de freios, de direção, de suspensão, de escapamento. Pneus e suspensão. Cambagem, convergência, calibragem. Painel de instrumentos. Luzes de advertência. Abastecimento de combustível, óleo lubrificante, fluido de arrefecimento, etc. Verificação das condições de dirigibilidade, uso de equipamentos e dispositivos de segurança. Parada segura em vias de trânsito. Primeiros Socorros. Manutenção dos sinais vitais. Avaliação secundária. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Segurança no trabalho. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações/atualizações. Brasília, 1997. DENATRAN. Direção defensiva: Trânsito seguro é um direito de todos. São Paulo: FGV, 2005. \_\_\_\_\_. Manual brasileiro de sinalização de trânsito do DENATRAN: sinalização de áreas escolares. Brasília: DENATRAN, 2000. CONTRAN. Manual brasileiro de sinalização de

trânsito: sinalização vertical de advertência. Brasília: CONTRAN, 2007. \_\_\_\_\_. Manual brasileiro de sinalização de trânsito: sinalização vertical de regulamentação. Brasília: CONTRAN, 2007. \_\_\_\_\_. Manual brasileiro de sinalização de trânsito: sinalização horizontal. Brasília: CONTRAN, 2007. NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS NO TRÂNSITO. São Paulo: ABRAMET, 2005. Manuais de fabricante de veículos automotivos. Programas de Manutenção preventiva e periódica. Manuais de mecânica básica automotiva.

## **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

Contabilidade Geral. Princípios fundamentais de contabilidade. Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido). Demonstração do Resultado do Exercício. Plano de Contas. Demonstrações contábeis. Balanço orçamentário. Balanço financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração dos fluxos de caixa. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Contas patrimoniais e de resultado. Fusões e estrutura de contas. Avaliação e contabilização de itens patrimoniais e de resultado de investimentos societários no país. Destinação de resultado. Custos para avaliação de estoques. Elaboração de demonstrações do fluxo de caixa (método direto e indireto). Controle de estoques. Contabilidade pública. Orçamento. Demonstração das variações patrimoniais. Demonstração do resultado econômico. Normas constitucionais aplicadas às finanças públicas. Leis Orçamentárias. Princípios orçamentários. Orçamento público. Exercício financeiro. Receita e despesa pública. Créditos orçamentários e adicionais. Operações de crédito. Lei 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal. Racionalização de recursos. Relatórios e registros contábeis. Princípios, normas contábeis e procedimentos. Balancetes mensais (contábil e gerencial). Tributação. Escrituração fiscal. Obrigações acessórias. Legislação fiscal e tributária. Documentos fiscais. Legislação pertinente à área e suas atualizações. Legislação trabalhista. Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias. Folha de pagamento. Férias (Cálculo e Pagamento). Rescisão (cálculo e pagamento). Aspectos tributários, previdenciários e fiscais: Impostos e contribuições, base de cálculo, retenções, alíquotas, recolhimento e obrigações acessórias (CAGED, RAIS, DIRF, SEFIP). Bibliografia Sugerida: BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. \_\_\_\_\_. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. \_\_\_\_\_. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 1976. \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. – Normas relativas à tributação, à administração pública e ao processo orçamentário. Brasília, 1988. \_\_\_\_\_. Lei n. 8.883, de 08 de junho de 1994. Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providências. Brasília, 1988. \_\_\_\_\_. Lei n. 101, de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília, 2000. \_\_\_\_\_. Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, 2002. \_\_\_\_\_. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, 2007. \_\_\_\_\_. Lei Complementar 131, de 27 de maio 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 2009. \_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. Parte I, II, III, IV, V. \_\_\_\_\_. LEI Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução nº 0750/1993. CFC, 1993. \_\_\_\_\_. Resolução nº 1282/2010. CFC, 2010. \_\_\_\_\_. Resolução CFC 1.111/2007 - Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público – Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. \_\_\_\_\_. NBC T 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, do Conselho Federal de Contabilidade. CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público: Integração das Áreas do Ciclo de Gestão. São Paulo: Atlas, 2013. EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória. São Paulo: Atlas, 2010. FIPECAFI. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as

Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2013. MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2009. \_\_\_\_\_. Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012. \_\_\_\_\_. ROCHA, Renato Mendonça da. Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias para Organizações Contábeis. CRC/RS. ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do setor público - De acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público, contém as mudanças das práticas contábeis vigentes, conforme MCASP Editado pela STN. Editora Atlas, São Paulo, 2013. SILVA, Mazilene Luzia da. Administração de Departamento Pessoal. Erica

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

Técnicas de Enfermagem. A Lei do Exercício profissional e o Código de Ética de Enfermagem; Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e diretrizes; Programa Nacional de Imunizações; Processo de cuidar em Enfermagem. Cuidados no preparo e administração de medicamentos e prevenção de erros de medicação; Assistência de Enfermagem ao portador de doenças crônicas não transmissíveis; Assistência de Enfermagem ao portador de doenças sexualmente transmissíveis e infectocontagiosas; Procedimentos de Enfermagem à criança e ao adulto: administração de medicações, sinais vitais, medidas antropométricas, higiene e conforto, coleta de materiais para exames, eliminações urinárias e intestinais, aspirações de vias aéreas superiores, oxigenioterapia, nebulização, nutrição e hidratação, sono e repouso, integridade cutâneo-mucosa, regulação térmica e vascular, curativos, acesso venoso periférico; Cuidados no preparo e administração de medicamentos e prevenção de erros de medicação; Segurança do paciente e saúde do trabalhador: aspectos de biossegurança, uso correto de equipamentos de proteção individual e coletiva, manuseio e descarte de resíduos sólidos, materiais biológicos, medicamentos e notificação de incidentes; Registros de enfermagem; Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies, processamento de artigos para a saúde. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BARROS, E.; TORRIANI M.S.; SANTOS, L.; ECHER, I.C. Medicamentos de A a Z - Enfermagem 2016-2018. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações: Calendário Vacinal. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias – Guia de Bolso. 8 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. HIV/Aids, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília (DF), 2008. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do exercício da Enfermagem. Brasília, 1986. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 14) (Série A. Normas e Manuais Técnicos) \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segurança do paciente em serviços de saúde: Limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A280000138812EAFCE19E1/NR32%20%28atualizada%202011%29.pdf> COFEN. Resolução N.º 311/2007. Aprova a reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, 2007, Disponível em <http://www.portalcorenrs.gov.br/index.php?categoria=profissional&pagina=codigo-etica> POTTER, P.A.; PERRY, A.G. Guia Completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem. 8 ed. São Paulo: Elsevier, 2015. SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM ENFERMAGEM COM INSTRUMENTAÇÃO CIRÚRGICA**

Técnicas de Enfermagem. A Lei do Exercício profissional e o Código de Ética de Enfermagem; Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e diretrizes; Processo de cuidar em Enfermagem. Epidemiologia. Biossegurança. Cuidados no preparo e administração de medicamentos e prevenção de erros de medicação; Assistência ao



exame físico (método do exame; posições). Verificação e análise dos sinais vitais. Métodos de higiene. Nutrição enteral e parenteral. Enema. Balanço hídrico. Oxigenoterapia. Inaloterapia. Doenças respiratórias. Técnicas de Curativo. Cuidados de enfermagem pré e pós-cirúrgicos. Enfermagem em Urgência e Emergência. Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material Esterilizado. Assistência de Enfermagem na limpeza, desinfecção e esterilização de material. Enfermagem em UTI adulto. Enfermagem em UTI Neonatal, materno infantil e pediatria. Enfermagem ginecológica e em Centro Obstétrico. Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria. Enfermagem na Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso. Enfermagem nos programas Nacionais de Controle da Tuberculose e Hanseníase. Hipertensão arterial sistêmica (HAS) e Diabetes Mellitus (DM). Doenças transmissíveis e sexualmente transmissíveis. Administração Aplicada à Enfermagem. Anatomia. Fisiologia. Cálculo de medicação. Ética. Atenção Básica. Polícia Nacional de Promoção da Saúde. Publicações do Ministério da Saúde. Publicações do Portal do Departamento de Atenção Básica. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BOLLICK, Daianna et al. Segurança e Controle de Infecção. Série Enfermagem Prática. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002. BORK, Anna Margherita Toldi. Enfermagem baseada em evidências. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. BRANDENN, Penie Sessler Enfermagem Materno-Infantil. Série Enfermagem Prática. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002. BRASIL. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do exercício da Enfermagem. Brasília, 1986. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7498.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7498.htm) \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Humaniza SUS. Política Nacional de Humanização. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_2004.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf) \_\_\_\_\_. Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf) Polícia Nacional de Promoção da Saúde – PNAPS. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_pnaps.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_pnaps.pdf) CABRAL, Ivone Evangelista. Revisão técnica. Administração de medicamentos - Enfermagem prática. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002. CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. Manual de diagnósticos de Enfermagem. 11ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. CASSIANI, SHB. Administração de medicamentos. São Paulo: EPU, 2000. \_\_\_\_\_. Publicações do Portal do Departamento de Atenção Básica. COREN – Conselho Regional de Enfermagem. Boas práticas: Cálculo seguro Volume I: Revisão das operações básicas. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/440542/mod\\_resource/content/1/Boas\\_praticas\\_calculo\\_seguro\\_1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/440542/mod_resource/content/1/Boas_praticas_calculo_seguro_1.pdf) \_\_\_\_\_. Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos. Disponível em: [https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-ediluicao-de-medicamentos\\_0.pdf](https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-ediluicao-de-medicamentos_0.pdf) COFEN – Conselho Federal de Enfermagem. Resolução N. 564/2017. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofeno5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofeno5642017_59145.html) FIGUEIREDO, N.M.A.; MEIRELES, I.B. Feridas - Fundamentos e atualizações em Enfermagem. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2007. HALL, John Edward; GUYTON, Arthur C. Guyton & Hall. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. NANDA, I. Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2018-2020. Porto Alegre (RS): Artmed, 2018. PAIN, Crislaine Pires Padilha. Aprenda a instrumentar: cirurgia cardíaca. Porto Alegre: Moria, 2018. SANTOS, M. N.; SOARES, O. M. Urgência e Emergência na Prática de Enfermagem. 1. ed. Porto Alegre: Moria Editora, 2014. v. 2. SANTOS, M. N.; MEDEIROS, R. M. (Org.); SOARES, O.M (Org.). Emergência e Cuidados Críticos para a Enfermagem: conhecimentos, habilidades e atitudes. 1. ed. Porto Alegre: Moria, 2018. v. 1. SMELTZER; S.C; BARE, B.G. Brunner & Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. Vol. I e II.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO**

Técnicas de Enfermagem. A Lei do Exercício profissional e o Código de Ética de Enfermagem; Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e diretrizes; Processo de cuidar em Enfermagem. Cuidados no preparo e administração de medicamentos e prevenção de erros de medicação; Saúde Ocupacional. Higiene ocupacional. Epidemiologia ocupacional. Acidentes de trabalho. Diagnóstico e terapia das doenças profissionais e relacionadas ao trabalho. Toxicologia ocupacional. Ergonomia. Bioestatística. Estudo dos agravos à saúde do trabalhador. Epidemiologia e vigilância da saúde do trabalhador. Doenças profissionais, doenças relacionadas ao trabalho, Doenças imunopreveníveis e doenças de notificação compulsória. Processo de Enfermagem. Segurança do Trabalho. Biossegurança e Saúde. Vigilância à saúde do trabalhador. Saúde

mental aplicada ao trabalho. Administração e planejamento. Serviços de Saúde do Trabalhador. Exposição a material biológico e controle pós-exposição. Métodos de desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos de saúde. Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS). Responsabilidades éticas e legais à saúde do trabalhador. Organização do trabalho. Ética profissional. Atribuições e atuação do enfermeiro do trabalho. Auditoria. Gestão de custos em saúde. Riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos: gerenciamento e limites de exposição. Níveis de atenção à saúde - Promoção da saúde e proteção específica. Enfermagem em urgências e emergências. Atendimento pré-hospitalar. Atenção secundária e terciária. Programas de Saúde do Trabalhador. Legislação trabalhista e previdenciária. Anatomia. Fisiologia. Cálculo de medicação. Ética. Atenção Básica. Polícia Nacional de Promoção da Saúde. Publicações do Ministério da Saúde. Publicações do Portal do Departamento de Atenção Básica. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. Doenças relacionadas ao trabalho - Manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. \_\_\_\_\_. Leis e Decretos. Previdência Social. Brasília: Ministério do Trabalho e Ministério da Saúde. \_\_\_\_\_. A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. \_\_\_\_\_. Normas Regulamentadoras. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. \_\_\_\_\_. Riscos Biológicos – Guia Técnico: Os Riscos Biológicos no Âmbito da Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32). Disponível em: [http://www.unifesp.br/reitoria/dga/images/legislacao/biosseg/guia\\_tecnico\\_cs3.pdf](http://www.unifesp.br/reitoria/dga/images/legislacao/biosseg/guia_tecnico_cs3.pdf) \_\_\_\_\_. Recomendações para terapia antirretroviral em adultos infectados pelo HIV-2008 Suplemento III - Tratamento e prevenção. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Segurança do paciente – Higienização das Mãos. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/paciente\\_hig\\_maos.pdf](http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/paciente_hig_maos.pdf) \_\_\_\_\_. Vigilância Sanitária. Cartilha de Proteção Respiratória contra Agentes Biológicos para Trabalhadores de Saúde. Disponível em: <http://www.ebserh.gov.br/documents/214604/816023/Cartilha+de+Prote%C3%A7%C3%A3o+Respirat%C3%Bria+contra+Agentes+Biol%C3%B3gicos+para+Trabalhadores+de+Sa%C3%BAde.pdf/58075f57-e0e2-4ec5-aa96-743d142642f1> \_\_\_\_\_. Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf) \_\_\_\_\_. Polícia Nacional de Promoção da Saúde – PNAPS. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_pnaps.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_pnaps.pdf) \_\_\_\_\_. Publicações do Portal do Departamento de Atenção Básica. CARVALHO, Geraldo Mota. Enfermagem do Trabalho. São Paulo: EPU, 2001. COREN – Conselho Regional de Enfermagem. Boas práticas: Cálculo seguro Volume I: Revisão das operações básicas. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/440542/mod\\_resource/content/1/Boas\\_praticas\\_calculo\\_seguro\\_1.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/440542/mod_resource/content/1/Boas_praticas_calculo_seguro_1.pdf) \_\_\_\_\_. Boas práticas: Cálculo seguro Volume II: Cálculo e diluição de medicamentos. Disponível em: [https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-ediluicao-de-medicamentos\\_0.pdf](https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/boas-praticas-calculo-seguro-volume-2-calculo-ediluicao-de-medicamentos_0.pdf) COFEN – Conselho Federal de Enfermagem. Resolução N. 564/2017. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no5642017_59145.html) FERREIRA JÚNIOR, Mário. Saúde no trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. São Paulo: Roca, 2002. HALL, John Edward; GUYTON, Arthur C. Guyton & Hall. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. MARANO, Vicente Pedro. Medicina do trabalho, controles médicos e provas funcionais. São Paulo: LTr, 2001. MENDES, René. Patologia do trabalho. São Paulo: Atheneu, 2007. NANDA, I. Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2018-2020. Porto Alegre (RS): Artmed, 2018. SALIBA, Tuffi Messias et al. Higiene do trabalho e programa de prevenção de riscos ambientais. São Paulo: LTr, 2002. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação. SP: Atlas, 2009. SMELTZER; S.C; BARE, B.G. Brunner & Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. VIEIRA, Sebastião Ivone. Manual de saúde e segurança do trabalho. São Paulo: Mestra, 2000.

## **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM ENFERMAGEM SOCORRISTA**

Técnicas de Enfermagem. A Lei do Exercício profissional e o Código de Ética de Enfermagem; Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e diretrizes; Programa Nacional de Imunizações; Processo de cuidar em Enfermagem. Cuidados no preparo e administração de medicamentos e prevenção de erros de medicação; Assistência de Enfermagem ao portador de doenças crônicas não transmissíveis; Assistência de Enfermagem

ao portador de doenças sexualmente transmissíveis e infectocontagiosas; Procedimentos de Enfermagem à criança e ao adulto: administração de medicações, sinais vitais, medidas antropométricas, higiene e conforto, coleta de materiais para exames, eliminações urinárias e intestinais, aspirações de vias aéreas superiores, oxigenioterapia, nebulização, nutrição e hidratação, sono e repouso, integridade cutâneo-mucosa, regulação térmica e vascular, curativos, acesso venoso periférico; Segurança do paciente e saúde do trabalhador: aspectos de biossegurança, uso correto de equipamentos de proteção individual e coletiva, manuseio e descarte de resíduos sólidos, materiais biológicos, medicamentos e notificação de incidentes; Registros de enfermagem; Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies, processamento de artigos para a saúde. Atendimento de urgência e emergência. Atendimento pré-hospitalar. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-HighlightsPortuguese.pdf> BARROS, E.; TORRIANI M.S.; SANTOS, L.; ECHER, I.C. Medicamentos de A a Z - Enfermagem 2016-2018. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. HIV/Aids, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília (DF), 2008. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do exercício da Enfermagem. Brasília, 1986. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 14) (Série A. Normas e Manuais Técnicos) \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segurança do paciente em serviços de saúde: Limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000138812EAFCE19E1/NR32%20%28atualizada%20201%29.pdf> COFEN. Resolução N.º 311/2007. Aprova a reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, 2007, Disponível em <http://www.portalcorenrs.gov.br/index.php?categoria=profissional&pagina=codigo-etica> PEDREIRA L.C.; MERGULHÃO B. Cuidados Críticos em Enfermagem. 1 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016. POTTER, P.A.; PERRY, A.G. Guia Completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem. 8 ed. São Paulo: Elsevier, 2015. SANTOS N.C.M. Urgência e Emergência para Enfermagem - Do Atendimento Pré-Hospitalar à Sala de Emergência. 6 edição. Editora Iatria, 2010. SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

## **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM HIDRÁULICA**

Hidráulica. Sistemas Hidráulicos e Hidrossanitários. Rede de distribuição de água e de esgoto. escoamento sob regime permanente, conceitos, equação da continuidade e teorema de Bernoulli. escoamento nos condutos sob regime permanente. Condutos forçados e por gravidade. Condutos livres. Reservatórios. Sistemas de bombeamento de fluidos, funcionamento e partes componentes. Tipos de tubulações e peças componentes utilizadas para a passagem de fluidos (água fria e quente, GLP, Oxigênio, Ar Comprimido e Vácuo), tipos de conexões (rosca, solda, uso de adesivos, termo fusão). Vazamentos. Conceitos fundamentais em Hidrologia. Aproveitamentos hidráulicos. Infiltração. Regularização de vazões. Legislação ambiental. Topografia. Normas Técnicas. Legislação pertinente à área e suas atualizações. Instalações hidrossanitárias, abastecimento e distribuição de água fria e água quente, ramais, sub-ramais, colunas. Bombeamento de fluidos. Tratamento de água e esgoto. Sistemas de esgoto sanitário, sistema de esgoto pluvial. Técnicas para realização de instalações hidrossanitárias, tubulações embutidas e aparentes, principais componentes e ferramentas. Uso de vedantes, selantes e adesivos. Segurança e saúde no trabalho. Uso de EPI. Elementos de projetos de edificações, leitura de desenhos de Engenharia e Arquitetura. Desenho técnico. Uso de AutoCAD. Conhecimento de escalas em desenho técnico. Nomenclatura, utilização e especificações de Ferramentas e materiais. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ABNT. NBR 13133. Execução de levantamento topográfico. Rio de

Janeiro: ABNT, 1994. \_\_\_\_\_. NBR 5626. Instalações prediais de água fria. Rio de Janeiro: ABNT, 1998. \_\_\_\_\_. NBR 6492: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. \_\_\_\_\_. NBR 7198. Projeto e execução de instalações prediais de água quente. 1993. \_\_\_\_\_. NBR 7417 - Tubo extra leve de cobre sem costura para condução de água e outros fluidos. 1982. \_\_\_\_\_. NBR 8196: desenho técnico - emprego de escalas. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. \_\_\_\_\_. NBR 10067: princípios gerais de representação em desenho técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1985. BRASIL. Lei Nº 9.433/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997. \_\_\_\_\_. Lei Nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. AZEVEDO NETTO, J.M. et al. Manual de Hidráulica. São Paulo: Edgard Blucher, 1998. CREDER, Helio. Instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2006. FERRAMENTAS GERAIS – MRO: Manutenção Reparo Operações – Guia de Suprimentos Industriais. Porto Alegre/RS, 2002/2003. GARCEZ, Lucas Nogueira. Elementos de engenharia hidráulica e sanitária. São Paulo: Blucher, 1999. IBAPE Leud. Inspeção predial. Check-up predial: guia da boa manutenção. MATSUMOTO, Élia Yathie. AutoCAD 2000: fundamentos 2D & 3D. São Paulo: Érica, 2002. MCCORMAC, Jack C. Topografia. Rio de Janeiro: LTC, 2007. PORTO, Rodrigo de Melo. Hidráulica básica. São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos, 2006. VEIGA, Luis Augusto Koenig; et al. Fundamentos de Topografia. Apostila, 2007. VERÇOSA, Enio José. Materiais de construção. Porto Alegre: Sagra, 1991. \_\_\_\_\_. Impermeabilização na construção. Porto Alegre: Sagra, 1995. Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho (NRs).

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA**

Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e diretrizes; Programa Nacional de Humanização; Segurança do paciente e saúde do trabalhador: aspectos de biossegurança, uso correto de equipamentos de proteção individual e coletiva, manuseio e descarte de resíduos sólidos, materiais biológicos, medicamentos e notificação de incidentes; Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies, processamento de artigos para a saúde. Noções Básicas de redução ortopédica e de imobilização. Materiais e instrumentais. Técnica de imobilização ortopédica. Confecção e retirada de aparelhos e talas gessadas. Realização de enfaixamentos com uso de material convencional e sintético. Imobilizações com uso de esparadrapo e talas digitais. Trações cutâneas. Auxílio na instalação de trações esqueléticas e nas manobras de redução manual. Conhecimentos gerais de procedimentos de curativos. Destinação correta de resíduos e material perfurocortante. Noções de anatomia músculo esquelético, fisiologia articular e biomecânica, lesões traumáticas. Pré e pós-operatório em ortopedia e traumatologia. Preparação e auxílio em pequenos procedimentos. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília (DF), 2008. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segurança do paciente em serviços de saúde: Limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A280000138812EAFCE19E1/NR32%20%28atualizada%202011%29.pdf> \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Norma Regulamentadora nº 7. Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR7.pdf> \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Norma Regulamentadora nº 4 Serviços Especializados Em Engenharia De Segurança E Em Medicina Do Trabalho. Disponível em: [trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR4.pdf](http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR4.pdf) FARO, Ana Cristina Mancussi et al. Assistência de Enfermagem em Ortopedia e Traumatologia. São Paulo: Difusão Editora, 2010. PERRIN, David. Bandagens funcionais e órteses esportivas. Porto Alegre: Artmed, 2008. POTTER, P.A.; PERRY, A.G. Guia Completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem. 8 ed. São Paulo: Elsevier, 2015. SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro:

Guanabara Koogan, 2011. SOBOTTA, Johannes. Atlas de Anatomia Humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2012.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

Física Radiológica. Meios de Contraste. Proteção Radiológica. Anatomia Radiológica. Equipamentos Radiológicos. Técnicas Radiológicas. Técnicas de Diagnóstico por Imagem. Radiologia Digital. Noções de Radioterapia. Conhecimentos de recepção, posicionamento e execução de técnicas radiológicas, mediante supervisão do médico radiologista, a partir das necessidades do usuário. Conhecimento do controle de qualidade dos procedimentos radiológicos e dos equipamentos utilizados. Conhecimento básico de anatomia e procedimentos clínicos exigidos na rotina dos serviços técnicos radiológicos. Legislação sobre Proteção Radiológica. Técnicas para a produção de imagens nos diversos equipamentos da área de Radiologia: tomografia, ressonância magnética, mamografia e densitometria. Avaliação da qualidade das imagens obtidas. Ética profissional e Código de Ética Profissional. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BONTRAGER, K. L. Tratado de Técnica Radiológica e Base Anatômica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária nº 453, de 1º de junho de 1998. Estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico. Disponível em: [http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria\\_453.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_453.pdf). Acesso em: 25 jan. 2018. BUSHONG, S. C. Ciência Radiológica para tecnólogos: física, biologia e proteção. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR32.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018. Revisão do Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas. Disponível em: <http://conter.gov.br/uploads/legislativo/codigodeetica.pdf> Acesso em: 25 jan. 2018. Serviço Público Federal, Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, Resolução CONTER Nº 15, de dezembro de 2011.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO**

Refrigeração e condicionamento de ar. Sistemas de refrigeração e condicionamento de ar. Instalação e manutenção de sistemas de refrigeração. Climatização. Conforto térmico. Ventilações natural e forçada. Sistemas de distribuição de ar. Ciclos de refrigeração. Compressores, condensadores e evaporadores. Gases refrigerantes. Componentes da unidade de refrigeração. Sistemas de filtragem do ar. Salas limpas. Sistemas de tomadas de ar externas. Exaustão. Pressão positiva e negativa para salas cirúrgicas. Capelas de fluxo laminar. Casas de máquinas Chiller, fancoil unidades autônomas, selfcontainers. Condicionadores de ar e manutenção. Manutenção preventiva, corretiva e preditiva. Nomenclatura, utilização e especificações de ferramentas. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) – Norma Regulamentadora 6. Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC. Norma Regulamentadora 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – NR 18. Higiene e segurança no trabalho. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ANELLI, Giovanni. Manual prático do mecânico e do técnico de refrigeração. Rio de Janeiro: Centro Studi Ca Romana, 1994. BRASIL. Norma Regulamentadora 6. NR 6 – Equipamento de Proteção Individual (EPI). \_\_\_\_\_. Norma Regulamentadora 10. NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade. \_\_\_\_\_. Norma Regulamentadora 18. NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. COSTA, E. C. Física aplicada à construção – Conforto térmico. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. FERRAMENTAS GERAIS – MRO: Manutenção Reparo Operações – Guia de suprimentos industriais. Porto Alegre/RS, 2002/2003. LENO, Gilberto; NEGRO, Luiz. Termodinâmica. São Paulo: Pearson. 2004 Manuais e catálogos de materiais e equipamentos elétricos de diversos fabricantes. MENDES, Luiz Magno de Oliveira. Refrigeração e ar condicionado - Teoria, prática, defeitos. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994. STOECKER, F. Wilbert. Refrigeração e ar-condicionado. São Paulo: Ed: McGraw-Hill, 1985. TORREIRA, Raul Pergallo. Elementos Básicos de Ar Condicionado. São Paulo: Ed.Hemus, 1983.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Higiene do trabalho. Riscos ambientais. Insalubridade. Periculosidade. Riscos químicos. Riscos biológicos. Riscos físicos. Radiações não-ionizantes. Radiações ionizantes. Infrassom. Ultrassom. Pressões normais. Temperaturas extremas. Ruído. Vibração. Iluminação. Ventilação industrial. Técnicas de uso de equipamentos de medição e aferição. Metodologia de medição de agentes físicos, químicos e biológicos. Limites de tolerância. Incêndios; prevenção e combate. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT). Comissão Interna

de Prevenção de Acidentes (CIPA). Acidentes de trabalho. Equipamento de Proteção Individual (EPI). Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Mapa de riscos. Inspeção de segurança. Medicina do Trabalho na empresa. Fisiologia humana. Toxicologia. Doenças profissionais. Primeiros socorros. PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional). PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Ergonomia. Estudo de riscos. Mapeamento de riscos. PPRA. Responsabilidade civil e criminal. Gestão de Segurança e Saúde d Trabalho. Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Instalações Elétricas. Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais. Armazenamento de materiais. CIPA/SIPAT. Normas de acessibilidade em edificações. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ABNT - Associação Brasileira de Norma Técnicas. NBR 12962:2016 e suas alterações/atualizações. Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio – Procedimento. \_\_\_\_\_. NBR 14280:2001 e suas alterações/atualizações. Cadastro de acidentes – Procedimentos e classificação. \_\_\_\_\_. NBR 12779:2009 e suas alterações/atualizações. Inspeção, manutenção e cuidados com mangueiras de incêndio. \_\_\_\_\_. NBR 9050:2004 e suas alterações/atualizações. Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos AYRES, Dennis de Oliveira. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: Ed. Atlas, 2011. BINDER, M.C. et al. Árvore de causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho. Editora Limiar, 2000. BRASIL. Normas Regulamentadoras Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego. CAMPOS, Armando et al. Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações. São Paulo: SENAC, 2006. CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2008. DO RIO, Rodrigo Pires; PIRES, Licínia. Ergonomia: fundamentos da prática ergonômica. São Paulo: Editora LTR, 2001. GONZAGA, Paulo. PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário. São Paulo: LTR, 2004. IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2005. MAEMO, Maria et al. Lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série A: Normas e manuais técnicos, nº 103). MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador. São Paulo: LTR, 2003. OLIVEIRA, Cláudio Antônio Dias de. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. São Caetano do Sul: Yedis, 2011. SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. Avaliação e controle dos riscos ambientais. São Paulo: LTr., 2006. \_\_\_\_\_. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. São Paulo: LTR, 2004. \_\_\_\_\_. SALIBA, Sofia C. Reis. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. São Paulo: LTr, 2007. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001) e Saúde e Segurança Ocupacional (OHSAS 18001): Vantagens da Implantação Integrada. São Paulo: Atlas, 2010.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ADMINISTRADOR**

Administração de materiais. Atendimento ao público. Contabilidade. Redação Oficial. Processo administrativo; Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle; Processo de planejamento; Planejamento estratégico: visão, missão e análise SWOT; Análise competitiva e estratégias genéricas; Redes e alianças; Planejamento tático; Planejamento operacional; Administração por objetivos; Balanced scorecard; Processo decisório; Organização; Estrutura organizacional; Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo; Organização informal; Cultura organizacional; Direção; Motivação e liderança; Comunicação; Descentralização e delegações; Controle; Características; Tipos, vantagens e desvantagens; Sistema de medição de desempenho organizacional. Gestão de pessoas; Equilíbrio organizacional; Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas; Recrutamento e seleção de pessoas; Objetivos e características; principais tipos, características, vantagens e desvantagens; principais técnicas de seleção de pessoas: características, vantagens e desvantagens; Análise e descrição de cargos; Capacitação de pessoas; Gestão de desempenho. Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial; Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade; Ferramentas de gestão da qualidade; Modelo da fundação nacional da qualidade; Modelo de gestão pública. Gestão de projetos; Elaboração, análise e avaliação de projetos; Principais características dos modelos de gestão de projetos; Projetos e suas etapas. Gestão de processos; Conceitos da abordagem por processos; Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos; Processos e certificação ISO; Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos. Legislação administrativa; Administração direta, indireta e fundacional; Atos administrativos; Requisição; Regime dos servidores públicos federais: admissão, demissão, concurso público, estágio probatório, vencimento básico, licença, aposentadoria. Orçamento público; Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias; Processo orçamentário; Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público; normas legais

aplicáveis; SIOP e SIAFI; Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa; Despesa pública: categorias, estágios; Suprimento de fundos; Restos a pagar; Despesas de exercícios anteriores; A conta única do Tesouro. Licitação pública. Modalidades, dispensas e inexigibilidade; Pregão; Contratos e compras; Convênios e termos similares. Ética no serviço público. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994). Comportamento profissional; atitudes no serviço; organização do trabalho; prioridade em serviço. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia. 9. ed. Nova Lima, MG: Falconi, 2013. CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014. DUTRA,Joel Souza; DUTRA,Tatiana Almendra; DUTRA,Gabriela Almendra. Gestão de Pessoas: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017. FENILI, Renato. Administração de recursos materiais e patrimoniais para concursos: abordagem completa. São Paulo, SP: METODO, [2011]. KASPARY, Adalberto J. Redação oficial: normas e modelos, 20. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2017. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Excelência em atendimento ao cliente: Atendimento e serviço ao cliente como fator estratégico e diferencial competitivo. São Paulo, SP: M.Books, [2012]. LOURENÇO, Nivaldo Vieira. Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão (livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2016. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 7 edição. 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp> . Acesso em 25 de janeiro de 2018. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos da administração: introdução à teoria geral e aos processos da administração. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. MENDES, Sérgio. Administração financeira e orçamentária: teoria e questões. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 21. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. Regulamento do Código de Ética do Administrador. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/administracao/etica-profissional>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018. RODRIGUES, Carlos Eduardo; SILVA, Dorival Caldeira da; SEVERINO, Fátima Regina Giannasi. Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ANALISTA DE SISTEMAS**

Fundamentos da computação: organização e arquitetura de computadores; Componentes de um computador (hardware e software); Sistemas de entrada, saída e armazenamento; Princípios de sistemas operacionais; Redes de computadores e sistemas operacionais: Modelos OSI/ISO e TCP/IP; PAN, LAN, MAN e WAN. Noções de segurança das informações. Qualidade de Serviço. Continuidade de serviço. Recuperação de Desastres. Fundamentos dos Sistemas Operacionais para servidores: Windows e Linux. Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (MySQL e Postgre SQL); Linguagem SQL. Governança de TI e Gerência de Projetos. MS Project e Modelo PMBOK. Análise de riscos. Métricas de software e de processo. COBIT e ITIL. Desenvolvimento de sistemas em linguagens C, C#, Java, Javascript e PHP. Metodologias de desenvolvimento; Estrutura de dados; Ferramentas de desenvolvimento de software e ferramentas CASE; Análise orientada a objetos: Princípios e conceitos do paradigma de orientação a objetos, classes, objetos, herança, interfaces, polimorfismo, encapsulamento, coesão, acoplamento, modularidade e reuso; Modelagem de dados; Integração com ferramentas de gerência de requisito e configuração; Programação estruturada e programação orientada a objetos; Design Patterns; Teste de softwares. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BROOKSHEAR, J. Glenn. Computer science: an overview. 10th ed. Boston [Estados Unidos]: Pearson Addison Wesley, 2009. CORONEL, Carlos; PETER, Rob. Sistemas de Banco de Dados – Projeto, Implementação e Administração. São Paulo: Cengage Learning, 2011. DELAMARO, Márcio. Introdução ao teste de software. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2007. xi, 394 p. ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant. Sistemas de Banco de Dados. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2012. FOROUZAN, Behrouz; MOSHARRAF, Firouz. Fundamentos da Ciência da Computação. Tradução da 2. ed. internacional. Cengage Learning, 2011. KUROSE, James F. Redes de Computadores e a Internet: uma abordagem top-down. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. MONDAY, Paul B. Web services patterns: Java edition. Berkeley, California: Apress, 2003. PMBOK. Fluxo de Processos do PMBOK®. PRESSMAN, Roger S. Engenharia de software. Porto Alegre: AMGH, 2010. ROCHOL, J. Comunicação de Dados. Porto Alegre: Bookman, 2011. Referência do JavaScript. Disponível em: <https://developer.mozilla.org/pt-BR/docs/JavaScript/Reference>. SILVA, Maurício S. Construindo sites com CSS e (X)HTML: sites controlados por folhas de estilo em cascata. São Paulo: Novatec, 2008. SILVA, Maurício S. Criando sites com HTML: sites de alta qualidade com HTML e CSS. São Paulo:

Novatec, 2008. STALLINGS, William. Cryptography and network security: principles and practices. 5th ed. Boston [Estados Unidos]: Prentice-Hall, 2011. STALLINGS, William. Data and computer communications. 9th ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2011. TANENBAUM, Andrew S. Organização de Computadores. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. \_\_\_\_\_. Redes de Computadores. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. VALERIANO, Dalton. Moderno Gerenciamento de Projetos. São Paulo: Prentice Hall, 2005. VIJAY, Mukhi. C# Fundamentos. São Paulo: Makron Books, 2002. XHTML 1.0. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/xhtml1>.

## **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ARQUITETO E URBANISTA**

História e Crítica de Arquitetura e Urbanismo. Evolução urbana. Projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo: metodologia e técnicas. Coordenação modular. Programa de necessidades, estudos de viabilidade técnico-econômica. Topografia. Projetos de instalações prediais: instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias. Tecnologia da construção e execução de projetos arquitetônicos. Sistemas estruturais: aço, concreto e madeira. Projeto e adequação dos espaços visando à utilização pela pessoa com deficiência. Prevenção e combate a incêndio. Sustentabilidade e eficiência energética em edificações. Conforto ambiental (Térmico, Acústico, Lumínico, Ergonômico). Luminotécnica. Instalações de ar condicionado. Especificação de materiais, técnicas e serviços. Execução de obras. Construção convencional e construção industrializada. Materiais de acabamento. Metodologia do Planejamento e do Projeto Hospitalar: tipos de estabelecimentos hospitalares, plano diretor hospitalar, equipamentos. Evolução do Hospital. Dimensionamento do Edifício Hospitalar: normas do Ministério da Saúde/ANVISA; setores hospitalares, unidades hospitalares; Índice Yale, modelo teórico do hospital. Projetos de instalações prediais: elétrica, hidráulica, sanitária, fluido-mecânica, comunicações, informática, climatização, gás, gases medicinais, tratamento do lixo (cirúrgico, comum, radioativo), transporte pneumático. Hospitais Especializados: oncológicos, pediátricos, psiquiátricos, geriátricos, universitários, de doenças infectocontagiosas, maternidades, clínicas e laboratórios. Centro Cirúrgico. Centro Obstétrico. CTI/UTI. Centro de Material Esterilizado. Centro de Recuperação Pós-Anestésica. Medicina Hiperbárica. Radiologia. Radioterapia. Proteção Radiológica. Internação. Posto de Enfermagem. Centro de material esterilizado. Planejamento e elaboração de orçamento público e controle de obra. Avaliação Pós-ocupação. Plano Diretor, Código e Obras, Código de Posturas do Município de Sapucaia Do Sul. Planejamento e elaboração de orçamento público. Lei Orgânica Atribuição dos poderes públicos. Legislação do exercício profissional do arquiteto. Elaboração de orçamentos e controle de obra. Projeto de urbanização. Equipamentos e serviços urbanos: necessidades, adequação, tipo, dimensionamento e localização. Controle do uso e da ocupação do solo. Estrutura urbana. Projeto de urbanização. Estatuto da Cidade. Elaboração de Planos Diretores. Desenho Urbano. Legislação de proteção ao patrimônio ambiental e cultural. Legislação Ambiental. Sistemas de Informações Geográficas em Urbanismo. Projeto paisagístico. Vegetação urbana. Iluminação urbana. Redes de abastecimento urbano: água, esgoto pluvial e cloacal, eletricidade, gás. Representação gráfica do Projeto de Arquitetura e Urbanismo. Avaliação Pós-ocupação. Informática aplicada à arquitetura e urbanismo: AutoCAD, Sketchup e Revit. Representação gráfica do Projeto de Arquitetura. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10068 Folha de desenho: leiaute e dimensões. Rio de Janeiro: ABNT, 1987. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10126 Contagem em Desenho Técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1987. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10582 Apresentação da folha para desenho técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1988. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 12693: Sistemas de proteção por extintores de incêndio. Rio de Janeiro: ABNT, 1993. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 12722: Discriminação de serviços para construção de edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 1993. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 13142 Desenho Técnico: dobramento de cópias. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 13272: Desenho técnico – Elaboração das listas de itens. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 13434: Sinalização de segurança contra incêndio e pânico. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 13532: elaboração de projetos de edificações – Arquitetura. Rio de Janeiro, 1995. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14653 1 a 4: Avaliação de bens - procedimentos gerais e imóveis urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15575: Edificações Habitacionais - Desempenho. Rio de Janeiro: ABNT, 2013. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5444 Símbolos gráficos para instalações elétricas prediais.



Rio de Janeiro: ABNT, 1989. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5626: Instalação Predial de Água Fria. Rio de Janeiro: ABNT, 1998. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6492 Representação de Projetos de Arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 7191: Execução de desenhos para obras de concreto simples ou armado: Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1982. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 7198: Projeto e Execução de Instalações Prediais de Água Quente. Rio de Janeiro: ABNT, 1993. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 7229: Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. Rio de Janeiro: ABNT, 1993. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução: Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 8196 Desenho Técnico: emprego de escalas. Rio de Janeiro: ABNT, 1999. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 8402 Execução de Caractere para Escrita em Desenho Técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 8403 Aplicação de Linhas em Desenho - Tipos de Linhas - Larguras das linhas. Rio de Janeiro: ABNT, 1984. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001. AUTOCAD. Ajuda do Autocad (Ajuda eletrônica integrada ao programa). AZEREDO, H. A. de. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgard Blücher, 2006. AZEREDO, H. A. O edifício e o seu acabamento. São Paulo: Blucher, 2000. BALDAM, R. COSTA, L. OLIVEIRA, A. AutoCAD 2016 utilizando totalmente. São Paulo: Érica, 2015. BICALHO, F de C.; BARCELLOS, R. M. G. Materiais de Acabamento em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde in CARVALHO, A. P. A. (org.) – Temas de Arquitetura de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – Salvador: Quarteto Editora, 2003. BOHMER, R. M. J. Arquitetura e planejamento na gestão da saúde: alinhando o conhecimento médico à administração do sistema de saúde. Porto Alegre: Bookman, 2012. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Normas para projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília: ANVISA, 2004. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos, Brasília: ANVISA, 2007. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 189, de 18 de julho de 2003. Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n.º 50, de 21 de fevereiro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. BRASIL. Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar. Processamento de Artigos e Superfícies em Estabelecimentos de Saúde. Brasília: ANVISA, 1993. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Diretrizes para projetos físicos de laboratórios de saúde pública. Brasília: FUNASA, 2004. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Diretrizes para projetos físicos de unidades de controle de zoonoses e fatores biológicos de risco. Brasília: FUNASA, 2003. BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2001. BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – Estatuto da Cidade. Brasília: Senado Federal, 2001. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Senado Federal, 2015. BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1979. BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1993. BRASIL. Ministério da Saúde - Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde – RDC nº 307 (Brasil, 2002) de 14 de novembro de 2002. Altera a Resolução - RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília: Ministério de Saúde, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Lavanderia Hospitalar. Brasília: Ministério de Saúde, 1986. BRASIL. Ministério da Saúde. Programação Arquitetônica de Unidades Funcionais de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. BRASIL. RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002. Brasília: Senado Federal, 2002. BRASIL; Ministério Da Saúde. Projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de

saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1995. BROWN, G. Z.; DEKAY, M. Sol, Vento e Luz. Bookman, 2004. BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2005. CAMPOS NETTO, C. Autodesk Revit Architecture 2016 conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2016. CARVALHO JÚNIOR, R. Instalações Hidráulicas e o Projeto de Arquitetura. São Paulo: Blucher, 2017. CARVALHO, A. .P. A. (org.) Arquitetura de Unidades Hospitalares. Salvador: FAUFBA, 2004. CARVALHO, A. P. A. (org.) Anais do II Seminário de Arquitetura Hospitalar. II Curso de Especialização de Arquitetura de Sistemas de Saúde. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Arquitetura / Instituto de Saúde Coletiva; Brasília: Ministério da Saúde, 2000. CARVALHO, A. P. A. (org.), ARAÚJO, T., OLIVEIRA, M. T. et ali Temas de Arquitetura de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2002. CARVALHO, A. P. A. (org.). Quem Tem Medo da Arquitetura Hospitalar? Salvador: Quarteto Editora / FAUFBA, 2006. CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Desempenho de edificações habitacionais: guia orientativo para atendimento à norma ABNT NBR 15575/2013. Fortaleza: Gadioli Cipolla Comunicação, 2013. CEJKA, J. Tendencias de la arquitectura contemporânea. Barcelona: GG, 1996. CHING, F. D. K. Introdução à arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2014. CHING, F. D. K. Representação gráfica em Arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2017. CHING, F. D. K. Técnicas de construções ilustradas. Porto Alegre: Bookman, 2017. CHING, F. D. K.; ONOUE, B. S.; ZUBERBUHLER, D. Sistemas Estruturais Ilustrados - Padrões, Sistemas e Projeto. Porto Alegre: Bookman, 2015. CHING, F. D. K.; SHAPIRO I. M. Edificações sustentáveis ilustradas. Porto Alegre: Bookman, 2017. CHING, F. D.K. Arquitetura – Forma, espaço e ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2008. CREDER, H. Instalações elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2007. CREDER, H. Instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2011. CULLEN, G. Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 2008. ENGEL, H. Sistemas estruturais. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. FARRELLY, L. Técnicas de representação. Porto Alegre: Bookman, 2011. FAZIO, M.; MOFFETT, M., WODEHOUSE, L. A História da Arquitetura Mundial. Porto Alegre: AMGH, 2011. FIORENTINI, D. M. F.; LIMA, V. H. A.; KARMAN, J. B. Arquitetura na Prevenção de Infecção Hospitalar. in BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde – Série Saúde & Tecnologia – Textos de Apoio à Programação Física dos Estabelecimentos de Saúde – Brasília, 1995. FRAMPTON, Keneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes. 1997. FROTA, A. B. Manual de conforto térmico: arquitetura, urbanismo. São Paulo: Studio Nobel, 1987. GASPAS, J. Sketchup Pro avançado. São Paulo: Probooks, 2015. GOES, Ronald de. Manual Prático de Arquitetura Hospitalar. São Paulo: Blucher, 2011. GOLDMAN, P. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. São Paulo: Pini, 2004. KARMAN, J. B. Manutenção Incorporada à Arquitetura Hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência, 1995. KARMAN, Jarbas. Manutenção Hospitalar Preditiva. São Paulo: PINI, 1994. KEELER, M.; BURKE, B. Fundamentos de Projeto de Edificações Sustentáveis. Porto Alegre: Bookman. 2010. KOLSDORF, M. E. Condições Ambientais de Leitura Visual. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde, 1995. LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. Eficiência Energética na Arquitetura. Rio de Janeiro: Eletrobrás/Procel, 2004. LITTLEFIELD, D. Manual do Arquiteto - Planejamento, Dimensionamento e Projeto. Porto Alegre: Bookman, 2017. LOMARDO. L. L. B. Eficiência Energética nos Edifícios e Sustentabilidade no Ambiente Construído. Rio de Janeiro: Eletrobrás/Procel, 2011. LYNCH, K. A Imagem da Cidade. Rio de Janeiro: Martins Fontes Editora, 1998. MARTINEZ, A. C.. Ensaio sobre o projeto. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. MASCARÓ, J. L. Loteamentos urbanos. Porto Alegre: Masquatro, 2005. MASCARÓ, J. L. O custo das decisões arquitetônicas. Porto Alegre: Masquatro, 2004. MASCARÓ, J. O Custo das Decisões Arquitetônicas no Projeto de Hospitais. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência, 1995. MASCARÓ, L. R. Energia na edificação: estratégia para minimizar seu consumo. São Paulo: Projeto, 1991. MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. L. Vegetação Urbana. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2015. MIQUELIN, L. C. Anatomia dos edifícios hospitalares. São Paulo: CEDAS, 1992. NETO, M. A L. Condições de Segurança Contra incêndio. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência, 1995. NETO, S. L. Instalações Prediais Ordinárias e Especiais. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência, 1995. NEUFERT E. Arte De Projetar Em Arquitetura. São Paulo: GGBrasil, 2013. OLIVEIRA, T. A., RIBAS, O. T. Sistemas de Controle das condições Ambientais de Conforto. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência, 1995. PAIVA, P. D. O. Paisagismo. Lavras: UFLA, 2008. RABELLO, Y. A concepção estrutural e a arquitetura. São Paulo: Ziguarte, 2000. REVIT. Ajuda do Revit (Ajuda eletrônica integrada ao programa). ROAF, S.; CRICHTON, D.; NICOL, F. Adaptação de Edificações e Cidades às Mudanças Climáticas. Porto Alegre: Bookman, 2009. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal Nº 2.896, de 11/10/2006 Institui o PLANO DIRETOR, suas diretrizes, adequando ao Estatuto das Cidades e dá outras

providências. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal Nº 651/1977. Dispõe sobre loteamentos e dá outras providências. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal Nº 662, de 13/02/1978 Institui o Código de Edificações e disciplina a sua aplicação. SAPUCAIA DO SUL. Lei Municipal Nº 966/1984. Institui o Código de Posturas para o Município de Sapucaia do Sul e dá outras providências. SILVA, M. A. C.; SOUZA, R. Gestão do processo de projeto de edificações. São Paulo: O Nome da Rosa, 2003. SKETCHUP. Ajuda do SketchUp (Ajuda eletrônica integrada ao programa). SOUZA, C. L.; AWAD, J. C. M. Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes. Porto Alegre: Bookman, 2012. TARDIN, R. (org.). Arquitetura Paisagística Contemporânea no Brasil. São Paulo: SENAC, 2010. THOMAZ, E. Tecnologia, gerenciamento e qualidade na construção. São Paulo: Pini, 2001. TOLEDO, L. C. et Al. Feitos para curar: arquitetura hospitalar e processo projetual no Brasil. Rio de Janeiro: ABDEH, 2006. TORRES, S.; LISBOA, T. C. Limpeza e Higiene - Lavanderia Hospitalar. São Paulo: Balieiros Editora Ltda. 2001. VITRUVIO, M. P. Da arquitetura. São Paulo: Hucitec, 2002. WATERMAN, T. Fundamentos de Paisagismo. Porto Alegre: Bookman, 2011. WEIDLE, E. P. S. Sistemas Construtivos da Programação Arquitetônica de Edifícios de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência, 1995.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ASSISTENTE SOCIAL**

Fundamentos teóricos metodológicos do Serviço Social. Serviço Social como profissão (ética profissional, regulamentação da profissão, demandas e desafios atuais do Serviço Social). Legislação Profissional: Lei que regulamenta a Profissão; Código de Ética do Assistente Social, Diretrizes Curriculares da ABEPSS para a Formação Profissional. Projeto Ético-Político do Serviço Social como fundamento da formação e do exercício profissional. Inserção do assistente social nos processos de trabalho. Instrumentos do Trabalho Profissional: Entrevista, Grupo, Reunião e Visita Domiciliar. Processos de gestão na organização do trabalho e nas políticas sociais: planejamento, coordenação, execução, monitoramento e avaliação. Formulação e gestão de políticas sociais. O assistente social como trabalhador, as estratégias profissionais, a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e o produto do seu trabalho. Dimensão investigativa da profissão- concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. Leitura e interpretação de indicadores sociais. Dinâmica institucional e a formulação de projetos de intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. Redes de atendimento. Assessoria técnica. Perícia, Estudo e Laudo Social. Questão social, políticas e movimentos sociais. Estado e políticas sociais. A legislação social e as leis regulamentadoras das políticas de Trabalho, Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Habitação, Educação. Legislações afirmativas dos direitos de: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Mulher. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ALVES, Giovanni. Crise Estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>. ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. POA: Tomo Editorial. BAPTISTA, Miryan Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentalização. São Paulo: Veras, 2000. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, 1990. \_\_\_\_\_ Lei N.º 12.852/2013. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude. Brasília, 2013. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 e alterações - Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. \_\_\_\_\_. Lei N.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a LOAS (Organização da Assistência Social) e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1993. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e alterações. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, 1994. \_\_\_\_\_. Lei N. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. 2004. \_\_\_\_\_. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei N.º 12.435/2011. Dispõe sobre o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Brasília, 2011. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011. \_\_\_\_\_ - Conselho Federal de Serviço Social. O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. São Paulo: Cortez, 2003. COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: Uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2008. \_\_\_\_\_.

Marilda Villela. Serviço Social na Cena Contemporânea. Disponível em: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (Orgs.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPS. 2009.

MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Aquilas. A proteção social no capitalismo contemporâneo em crise. Argumentum, v. 5, n.1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/5173>.

MOTA, Ana Elizabete Simões da; BRAVO Maria Inês Souza; TEIXEIRA, Marlene; UCHOA, Roberta; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Luciano. (Org) Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SCHERER, Giovane A. Juventudes, (in)Segurança e Políticas Públicas: a proteção social no Brasil. Curitiba: Juruá Editora, 2017. \_\_\_\_\_.

Giovane A; CLOSS, Thaísa T. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.17, n.1, p. 01-26, jan. a jul. / 2017. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/3148/2410>

SIQUEIRA, José Fernando da, S. SILVA, Maria Izabel da. Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica. Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 2, 2015

SOUZA, M.C.A. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 127, São Paulo, Cortez, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, n. 120, São Paulo: Cortez, 2014. \_\_\_\_\_, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. Disponível em: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (Org.) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPS. 2009.

Revista Serviço Social e Sociedade, 128, São Paulo: Cortez, jan./abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101-662820170003&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820170003&lng=pt&nrm=is)

Revista Serviço Social e Sociedade, 129, São Paulo: Cortez, mai./ago. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101-662820170003&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820170003&lng=pt&nrm=is)

Revista Serviço Social e Sociedade, 130, São Paulo: Cortez, set./dez. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101-662820170003&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820170003&lng=pt&nrm=is)

## **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM CONTADOR**

Princípios fundamentais de contabilidade. Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido). Demonstração do Resultado do Exercício. Plano de Contas. Demonstrações contábeis. Balanço orçamentário. Balanço financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração dos fluxos de caixa. CONTABILIDADE SOCIETÁRIA: Variações Patrimoniais, Princípios de Contabilidade; Plano de Contas. Demonstrações Contábeis: Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados, Demonstrativo do Valor Adicionado. Critérios de Avaliação de Componentes Patrimoniais; Registro de Operações Típicas de Empresa Privada: Depreciação, amortização e exaustão: conceitos, métodos e critérios de cálculo e contabilização: Provisões. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Noções de Orçamento Público: Conceitos. Princípios Orçamentários. Orçamento na Constituição Federal de 1988: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Estágios da Execução da Despesa Orçamentária Pública na Forma Prevista na Lei nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento. - Lei de Responsabilidade Fiscal e Alterações (Lei Complementar nº 101/2000): definição e considerações gerais; planejamento, receita, despesa, transparência e controle da gestão fiscal. Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores – Capítulos I, II, III, IV, V e VI. - Pregão Eletrônico. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual. Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual. Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público. Características Qualitativas. Entidade que Reporta a Informação Contábil. Elementos das Demonstrações Contábeis. Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis. Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis. Apresentação de Informação no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - partes I, II, III, IV e V: Procedimentos Contábeis Orçamentários. - Procedimentos Contábeis Patrimoniais. - Procedimentos Contábeis Específicos. - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (1). BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CPC – Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. FIPECAFI. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as Sociedades, de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2013. MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços. São Paulo: Atlas, 2010. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 7ª Edição.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ENFERMEIRO**

Lei do Exercício profissional e o Código de Ética de Enfermagem; Bioética; Política Nacional de Segurança do Paciente; Gerenciamento dos serviços e do cuidado de Enfermagem: liderança, gestão do desempenho e educação permanente das equipes; Semiologia e semiotécnica; Registros de Enfermagem e comunicação entre os membros da equipe de saúde; Prevenção de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde; Sistematização da Assistência de Enfermagem; Assistência de enfermagem à criança, adolescente, adultos e idosos com alterações do sistema neurológico, cardiovascular, respiratório, digestório, locomotor tegumentar, renal, endócrino e reprodutivo. Cuidados críticos em enfermagem. Assistência integral à saúde da mulher. Segurança do paciente e saúde do trabalhador: aspectos de biossegurança, uso correto de equipamentos de proteção individual e coletiva, manuseio e descarte de resíduos sólidos, materiais biológicos, medicamentos e notificação de incidentes; Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies, processamento de artigos para a saúde. Atendimento de urgências e emergências. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BARROS, E.; TORRIANI M.S.; SANTOS, L.; ECHER, I.C. Medicamentos de A a Z - Enfermagem 2016-2018. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. HIV/Aids, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília (DF), 2008. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do exercício da Enfermagem. Brasília, 1986. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segurança do paciente em serviços de saúde: Limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A280000138812EAFCE19E1/NR32%20%28atualizada%202011%29.pdf> AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-HighlightsPortuguese.pdf> COFEN. Resolução nº 311/2007. Aprova a reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.portalcorenrs.gov.br/index.php?categoria=profissional&pagina=codigo-etica> PEDREIRA L.C.; MERGULHÃO B. Cuidados Críticos em Enfermagem. 1 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016. NANDA, Diagnósticos de Enfermagem da NANDA Internacional: Definições e Classificação 2015-2017. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. SILVA, E. R. R.; LUCENA, A. F. Diagnósticos de Enfermagem com Base em Sinais e Sintomas. Rio Grande do Sul: Artmed, 2011. SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. WILSON, D.; HOCKENBERRY, M.J.; Wong - Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ENFERMEIRO DO TRABALHO**

Lei do Exercício profissional e o Código de Ética de Enfermagem; Bioética; Saúde Ocupacional. Higiene ocupacional. Epidemiologia ocupacional. Acidentes de trabalho. Diagnóstico e terapia das doenças profissionais e relacionadas ao trabalho. Toxicologia ocupacional. Ergonomia. Bioestatística. Estudo dos agravos à saúde do trabalhador. Epidemiologia e vigilância da saúde do trabalhador. Doenças profissionais, doenças relacionadas ao trabalho, Doenças imunopreveníveis e doenças de notificação compulsória. Processo de Enfermagem. Segurança do Trabalho. Biossegurança e Saúde. Vigilância à saúde do trabalhador. Saúde mental aplicada ao trabalho. Administração e planejamento. Serviços de Saúde do Trabalhador. Exposição a material biológico e controle pós-exposição. Métodos de desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos de saúde. Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS). Responsabilidades éticas e legais à saúde do trabalhador. Organização do trabalho. Ética profissional. Atribuições e atuação do enfermeiro do trabalho. Auditoria. Gestão de custos em saúde. Riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos: gerenciamento e limites de exposição. Níveis de atenção à saúde -

Promoção da saúde e proteção específica. Enfermagem em urgências e emergências. Atendimento pré-hospitalar. Atenção secundária e terciária. Programas de Saúde do Trabalhador. Legislação trabalhista e previdenciária. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL. Ministério da Saúde. HIV/Aids, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). BRASIL. Doenças relacionadas ao trabalho - Manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília (DF), 2008. \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Norma regulamentadora 7. Disponível em \_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do exercício da Enfermagem. Brasília, 1986. \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Norma Regulamentadora nº 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000138812EAFCE19E1/NR32%20%28atualizada%202011%29.pdf> \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Classificação de risco dos agentes biológicos. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao\\_risco\\_agentes\\_biologicos.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classificacao_risco_agentes_biologicos.pdf). \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Manual de recomendações para controle de tuberculose no Brasil, Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_recomendacoes\\_controle\\_tuberculose\\_brasil.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_recomendacoes_controle_tuberculose_brasil.pdf) \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Exposição a materiais biológicos. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo\\_expos\\_mat\\_biologicos.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_expos_mat_biologicos.pdf) COFEN. Resolução nº 311/2007. Aprova a reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, 2007. Disponível em <http://www.portalcorenrs.gov.br/index.php?categoria=profissional&pagina=codigo-etica> NANDA, Diagnósticos de Enfermagem da NANDA Internacional: Definições e Classificação 2015-2017. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. MENDES, René. Patologia do trabalho. São Paulo: Atheneu, 2007 CARVALHO, Geraldo Mota. Enfermagem do Trabalho. São Paulo: EPU, 2001. FERREIRA JÚNIOR, Mário. Saúde no trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. São Paulo: Roca, 2002. SALIBA, Tuffi Messias et al. Higiene do trabalho e programa de prevenção de riscos ambientais. São Paulo: LTr, 2002. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação. SP: Atlas, 2009. STELLMAN, Jeanne Mager. OIT: Enciclopédia de Saúde e Segurança no Trabalho. Genebra, 1998. VIEIRA, Sebastião Ivone. Manual de saúde e segurança do trabalho. São Paulo: Mestra, 2000.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ENFERMEIRO SOCORRISTA**

Lei do Exercício profissional e o Código de Ética de Enfermagem; Bioética; Política Nacional de Segurança do Paciente; Gerenciamento dos serviços e do cuidado de Enfermagem: liderança, gestão do desempenho e educação permanente das equipes; Semiologia e semiotécnica; Registros de Enfermagem e comunicação entre os membros da equipe de saúde; Prevenção de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde; Sistematização da Assistência de Enfermagem; Assistência de enfermagem à criança, adolescente, adultos e idosos com alterações do sistema neurológico, cardiovascular, respiratório, digestório, locomotor tegumentar, renal, endócrino e reprodutivo. Cuidados críticos em enfermagem. Assistência integral à saúde da mulher. Segurança do paciente e saúde do trabalhador: aspectos de biossegurança, uso correto de equipamentos de proteção individual e coletiva, manuseio e descarte de resíduos sólidos, materiais biológicos, medicamentos e notificação de incidentes; Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies, processamento de artigos para a saúde. Atendimento de urgências e emergências. Atendimento pré-hospitalar. Cuidados críticos ao paciente adulto e pediátrico. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-HighlightsPortuguese.pdf> BARROS, E.; TORRIANI M.S.; SANTOS, L.; ECHER, I.C. Medicamentos de A a Z - Enfermagem 2016-2018. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. HIV/Aids, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília (DF), 2008. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Protocolos do Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. \_\_\_\_\_. Lei nº 8.080, de 19

de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

. \_\_\_\_\_. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do exercício da Enfermagem. Brasília, 1986. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 14) (Série A. Normas e Manuais Técnicos) \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segurança do paciente em serviços de saúde: Limpeza e desinfecção de superfícies. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. \_\_\_\_\_. Ministério do trabalho e emprego. Norma Regulamentadora nº 32 . Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000138812EAFCE19E1/NR32%20%28atualizada%202011%29.pdf> \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Manual Instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde. 2013. Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_instrutivo\\_rede\\_atencao\\_urgencias.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf) \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Manual Instrutivo da Atenção ao Trauma. 2013. Disponível em <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/PDF/2014/maio/09/Trauma-Instrutivo.pdf> COFEN. Resolução N.º 311/2007. Aprova a reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, 2007, Disponível em <http://www.portalcorenrs.gov.br/index.php?categoria=profissional&pagina=codigo-etica> PEDREIRA L.C.; MERGULHÃO B. Cuidados Críticos em Enfermagem. 1 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016. POTTER, P.A.; PERRY, A.G. Guia Completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem. 8 ed. São Paulo: Elsevier, 2015. SANTOS N.C.M. Urgência e Emergência para Enfermagem - Do Atendimento Pré-Hospitalar à Sala de Emergência. 6 edição. Editora Iatria, 2010. SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner e Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ENGENHEIRO CIVIL**

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Geotecnia: mecânica dos solos. Geologia de Engenharia; Fundações. Obras de terra, Contensões e Estabilidade de Taludes. Topografia. Pavimentação. Materiais de construção civil. Tecnologia de obras e de edificações: Estudos preliminares. Anteprojetos e projetos. Uso de ferramentas de informática para a realização de Projetos. AutoCad. Canteiro de obras. Supraestrutura, superestrutura e infraestrutura. Elementos estruturais na construção civil. Alvenarias de vedação e alvenarias estruturais. Esquadrias. Pisos e revestimentos. Pinturas Coberturas, uso de tecnologias para telhados. Impermeabilização na construção. Física aplicada a construção civil. Elementos de conforto das edificações. Saneamento ambiental e urbanização. Abastecimento de água: Demanda e consumo de água. Estimativa de vazões. Adutoras. Estações elevatórias. Esgotamento sanitário. Drenagem pluvial. Instalações hidráulico-sanitárias. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de combate a incêndio. Resistência dos materiais. Teoria das Estruturas. Estruturas isostáticas planas e espaciais. Estudo de cabos. Estruturas em concreto armado, de madeira e estruturas metálicas na construção civil de edificações. Projeto e execução de instalações complementares - Sistemas elétricos de baixa e média tensão, sistemas de lógica, automação e telefonia, sistemas hidrossanitários, incluindo reuso de águas servidas, sistemas de circulação vertical (elevadores e monta-cargas), sistemas de ar condicionado e ventilação e demais instalações da construção civil. Patologia das edificações, manutenção e reparos. Planejamento, programação e fiscalização na construção civil de edificações. Gerenciamento na construção civil de edificações. Orçamentos. Cronogramas físico financeiros e de desembolso. Licitações e processos administrativos. Higiene e segurança no trabalho. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Normas Brasileiras e suas atualizações e revisões, em especial: \_\_\_\_\_. NBR 5626. Instalação predial de água fria. Rio de Janeiro: ABNT, 1998. \_\_\_\_\_. NBR 5629 - Execução de Tirantes Ancorados no Terreno. \_\_\_\_\_. NBR 5410 Instalações elétricas em baixa tensão. Rio de Janeiro, 2004. \_\_\_\_\_. NBR 5419 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas; Rio de Janeiro, 2004. \_\_\_\_\_. NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto. Rio de Janeiro, 2004. \_\_\_\_\_. NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. \_\_\_\_\_. NBR 9062 - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado. Rio de Janeiro, 2006. \_\_\_\_\_. NBR 9077. Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001. \_\_\_\_\_. NBR 11682 – Estabilidade de Encostas. \_\_\_\_\_. NBR 12693. Sistemas de proteção por extintores de incêndio. Rio de Janeiro: ABNT, 1993. \_\_\_\_\_. NBR 13714 – Sistemas de hidrantes e

de mangotinhos para combate a incêndio. Rio de Janeiro, 2000. \_\_\_\_\_ NBR 13994 - Elevadores de passageiros Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. ALONSO, Urbano Rodriguez. Dimensionamento de Fundações Profundas. São Paulo: Edgard Blücher, 1989. ALVES, José Dafico. Materiais de construção. Goiânia: UFG, 2006. ARAÚJO, José Milton de. Curso de concreto armado. Rio Grande: Dunas, 2003. AZEVEDO NETO, J.M.; ALVAREZ G. A. Manual de hidráulica. São Paulo: Edgard Blücher; 2002. BAUER, L. A. F. Materiais de construção. Rio de Janeiro: LTC, 2005. Volumes 1 e 2. BORGES, A.C. Prática das pequenas construções. Vol. 1. São Paulo: Edgard Blücher. 2002. BORGES, Alberto de Campos. Topografia: aplicada a engenharia civil. V.1. São Paulo: Edgar Blücher, 1995. BOTELHO, Manuel Henrique Campos. Manual de projeto de edificações. São Paulo: PINI, 2009. BOTELHO, Manuel Henrique Campos. Manual de primeiros socorros do engenheiro e do arquiteto. São Paulo: Edgar Blücher, 2009. BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993. COSTA, Ennio Cruz da. Física aplicada à construção. São Paulo: Edgar Blucher. 1981. COTRIM, Ademaro. Instalações elétricas. São Paulo: Pearson, 2006. CREDER Hélio. Instalações elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2002. \_\_\_\_\_. Instalações hidráulicas e sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2002. FIKER, José. Manual de Avaliações e Perícias em Imóveis Urbanos. São Paulo: Pini, 2008. GERE, J. Mecânica dos materiais. São Paulo: Thompson Pioneira, 2003. GOMIDE, T., PUJADAS, F., FAGUNDES NETO, J. Técnicas de inspeção e manutenção predial. São Paulo: Ed.Pini, 2006. GORFIN, Bernardo. Estruturas Isostáticas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979. HAMMER, Mark J. Sistemas de abastecimento de água e esgoto. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979. LEET K.M. ET.al. Fundamentos da análise estrutural. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. MATSUMOTO, Elia Yathie. AutoCAD 2004: fundamentos. São Paulo: Erica, 2003. MATTOS A. Como preparar orçamentos de obras. São Paulo: Pini, 2007. NEGRISOLI, Manoel E.M. Instalações elétricas. São Paulo: Edgard Blücher, 2009. PINTO, Carlos de Sousa. Curso básico de mecânica dos solos: com exercícios resolvidos em 16 aulas. São Paulo: Oficina de Texto, 2002. RIPPER, Thomaz. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: UFF, 2009. THOMAZ, Ercio. Tecnologia, Gerenciamento e Qualidade na Construção. São Paulo: Pini, 2001. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Manuais de Legislação Atlas (Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria 3214, de 8 de junho de 1978. São Paulo: Atlas, 2010. (e suas atualizações) VELLOSO, Dirceu de Alencar. Fundações. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. VERÇOSA, Enio José. Impermeabilização na construção. Porto Alegre: SAGRA, 1983. YASIGI, W. A técnica de edificar. São Paulo: Pini, 2003.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Estudos preliminares. Anteprojetos e projetos. Uso de ferramentas de informática para a realização de Projetos. AutoCad. Higiene do trabalho. Riscos ambientais. Insalubridade. Periculosidade. Ventilação industrial. Riscos químicos. Riscos biológicos. Riscos físicos. Radiações não-ionizantes. Radiações ionizantes. Infrassom. Ultrassom. Pressões normais. Temperaturas extremas. Ruído. Vibração. Iluminação. Técnicas de uso de equipamentos de medição. Metodologia de medição de agentes físicos, químicos e biológicos. Incêndios. Acidentes de trabalho. Equipamento de Proteção Individual (EPI). Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). Inspeção de segurança. Medicina do Trabalho na empresa. Fisiologia humana. Toxicologia. Doenças profissionais. Primeiros socorros. PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional). OHSAS 18.001 (norma mundial que certifica empresas que investem em saúde do trabalhador). PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Ergonomia. Estudo de riscos. Mapeamento de riscos. PPRA. Responsabilidade civil e criminal. Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho. Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Instalações Elétricas. Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais. Armazenamento de materiais. CIPA/SIPAT. Órgãos colegiados, agendas, planejamento, estratégias de treinamento, divulgação de resultados. Orçamentos. Cronogramas físico financeiros e de desembolso. Sistemas elétricos de baixa e média tensão, sistemas de lógica. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: AYRES, Dennis de Oliveira. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. São Paulo: Ed. Atlas, 2011. BINDER, M.C. et al. Árvore de causas – Método de Investigação de Acidentes de Trabalho. Editora Limiar, 2000. BRASIL. Normas Regulamentadoras. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego. CAMPOS, Armando et al. Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações. São Paulo: SENAC, 2006. CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de



acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2008. DO RIO, Rodrigo Pires; PIRES, Lúcia. Ergonomia: fundamentos da prática ergonômica. São Paulo: Editora LTR, 2001. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Coleção Medicina e Segurança do Trabalho. 2º Vol. Método. GONZAGA, Paulo. PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário. São Paulo: LTR, 2004. IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2005. MANUAL de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2011. MAEMO, Maria et al. Lesões por esforço repetitivo (LER) e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série A: Normas e manuais técnicos, nº 103). MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador. São Paulo: LTR, 2003. OHSAS 18001:2007. Occupational Health and Safety Assessment Series, BSi Brasil Sistemas de Gestão. São Paulo, 2007. OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. São Caetano do Sul: Yedis, 2011. OLIVEIRA, Paulo R. Albuquerque de. Uma sistematização sobre a saúde do trabalhador: do exótico ao esotérico. São Paulo: LTr, 2011. SALIBA, T.M. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. Avaliação e controle dos riscos ambientais. São Paulo: LTr., 2006. SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. São Paulo: LTR, 2004. SALIBA, Tuffi Messias; SALIBA, Sofia C. Reis. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. São Paulo: LTr, 2007. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001) e Saúde e Segurança Ocupacional (OHSAS 18001): Vantagens da Implantação Integrada. São Paulo: Atlas, 2010.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ENGENHEIRO ELETRICISTA**

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Estudos preliminares. Anteprojetos e projetos. Uso de ferramentas de informática para a realização de Projetos. AutoCad. TEORIA DE CIRCUITOS ELÉTRICOS: Elementos fundamentais, Leis fundamentais, teoremas e metodologias de análise de circuitos elétricos; Circuitos elétricos em C.C.; Circuitos elétricos em C.A. monofásicos e polifásicos em regime permanente; Resposta nos domínios do tempo e da frequência para circuitos com associações RL, RC e RLC, em série, paralelo e mistas; Análise de harmônicas de fontes sinusoidais. CONVERSÃO ELETROMECÂNICA DE ENERGIA E MÁQUINAS ELÉTRICAS: Circuitos magnéticos com excitação em C.C e C.A.; Circuitos elétricos acoplados magneticamente; Características Indução x Campo de materiais magnéticos, para interior e outros Estados VERSÃO 22/11/2019 20:09:10 susceptibilidade e permeabilidade magnética; Transformadores monofásicos e trifásicos: princípio de funcionamento, modelos equivalentes, ensaios de rotina e obtenção dos parâmetros representativos; Autotransformador: princípio de funcionamento, modelo equivalente, ensaios de rotina e obtenção dos parâmetros representativos; Transformador de três enrolamentos: princípio de funcionamento e modelos equivalentes; Princípio da conversão eletromecânica de energia; Máquinas de corrente contínua em regime permanente: princípio de funcionamento e modelos equivalentes das diversas configurações; Máquinas síncronas: princípio de funcionamento, modelos equivalentes e comportamento em regime permanente e transitório; Máquinas de Indução: princípio de funcionamento, modelos equivalentes e comportamento em regime permanente e transitório; Controle de velocidade de máquinas de indução. Orçamentos. Cronogramas físico financeiros e de desembolso. Sistemas elétricos de baixa e média tensão, sistemas de lógica. MEDIDAS ELÉTRICAS: Sistema Internacional de Unidades (SI); Medição de corrente, tensão, potência e energia elétrica; Instrumentos de medição; Transformadores para instrumentos (TCs e TPs); Transdutores elétricos e de temperatura; Exatidão, precisão e erro de medidas. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE B.T. E A.T.: Dimensionamento de condutores e barramentos elétricos; Dimensionamento de condutos para condutores elétricos; Planejamento da instalação, demanda e fatores de projeto; Medidas de proteção contra choques elétricos; Aterramento; Proteção contra descargas atmosféricas; Sistemas de comando e proteção de circuitos elétricos; Acionamentos de máquinas elétricas; Subestações Industriais e de edificações: dimensionamento e projeto das instalações e especificações de equipamentos; Correção do fator de potência: projeto e especificações; Luminotécnica: Projeto de sistemas de iluminação interna e externa. Materiais elétricos e magnéticos ELETRÔNICA ANALÓGICA: Dispositivos semicondutores: funcionamento, características e aplicações de diodos, transistores, SCRs, TRIACs e DIACs; Circuitos retificadores, grampeadores e ceifadores; Amplificadores Operacionais: funcionamento, características e aplicações em circuitos amplificadores, filtros e controladores; Realimentação; Circuitos chaveadores: conversores CC-CC, Choppers e Inversores ELETRÔNICA DIGITAL: Álgebra booleana; portas lógicas; diagramas lógicos, tabelas verdade e mapas de Karnaugh; linguagens de programação Ladder, STL e FDB; circuitos combinacionais e sequenciais; registradores e contadores; conversores A/D e D/A; AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL: Fundamentos,

símbolos lógicos, programações gráficas - diagrama Ladder e diagrama de blocos de função, Controlador Lógico Programável (CLP), protocolos e controle de processo; CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA ELÉTRICO BRASILEIRO: Condições gerais de fornecimento de energia elétrica no mercado brasileiro. NR 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados. NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. PROGRAMAÇÃO, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS: Orçamento e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico financeiro. Acompanhamento e aplicação de recursos (vistorias, emissão de faturas, controle de materiais). PLANEJAMENTO URBANO: 1 Sustentabilidade urbana (Agenda Habitat e Agenda 21). 2 Princípios de planejamento e de orçamento público. 3 Regularização Fundiária. GESTÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL: 1 Tipos de Manutenção (preditiva, preventiva, corretiva). 2 Engenharia de Manutenção. 3 Indicadores de Performance de Manutenção. 4 Manutenção e gestão de ativos patrimoniais. PROJETO DE ENGENHARIA: 1 Instalações elétricas, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, telefonia, cabeamento estruturado, subestações, ar condicionado, ventilação, exaustão e elevadores. 2 Especificação de materiais. 3 Métodos e técnicas de desenho e projeto. 4 Estudos de viabilidade técnica financeira. 5 Controle ambiental das edificações (térmico, acústico e luminoso). PROJETO DE URBANISMO: 1 Sistemas de energia para infraestrutura urbana GERAÇÃO DE ENERGIA: 1. Noções de Geração de Energia não hidráulica. 2. eólica, solar de aquecimento, solar fotovoltaica. LICITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS: 1 Projeto básico e projeto executivo. 2. Orçamento de referência para licitação. 3. Contratos e aditivos. 4 Princípios de planejamento e de orçamento público. BIBLIOGRAFIAS SUGERIDAS: ABNT, NBR. "5410: Instalações elétricas de baixa tensão." Rio de Janeiro (2004); Sadiku, Matthew NO, Charles K. Alexander, and Sarhan Musa. Análise de circuitos elétricos com aplicações. AMGH Editora, 2014; Hart, Daniel W. Eletrônica de potência: análise e projetos de circuitos. McGraw Hill Brasil, 2016; Kingsley Jr, Charles, Stephen D. Umans, and Arthur E. Fitzgerald. Máquinas Elétricas:- Com Introdução à Eletrônica de Potência. Bookman, 2006; Bazanella, Alexandre Sanfelice, and João Manoel Gomes da Silva Junior. Sistemas de controle: Princípios e métodos de projeto. UFRGS, 2005; Tregenza, Peter, and David Loe. Projeto de iluminação. Bookman Editora, 2015.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ENGENHEIRO ELETRÔNICO**

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Estudos preliminares. Anteprojetos e projetos. Uso de ferramentas de informática para a realização de Projetos. AutoCad. Análise de circuitos elétricos em corrente contínua (circuitos RC, RL e RLC). Análise de circuitos em corrente alternada em regime permanente. Análise de potência em regime permanente. Circuitos polifásicos. Diodos e suas aplicações. Transistor de Junção Bipolar (TJB): Polarização e análise de pequenos sinais. Amplificadores de sinal a TJB. Amplificadores operacionais: Características ideais e características reais. Aplicações com amplificadores operacionais. Amplificadores de potência. Dispositivos tiristores. Retificadores controlados e controladores de tensão em corrente alternada. Sistemas numéricos e códigos. Funções lógicas e álgebra Booleana. Diagramas de Veitch-Karnaugh. Circuitos lógicos combinacionais. Elementos básicos de memória: "latches" e "flip-flops". Circuitos lógicos sequenciais. Dispositivos de memória: ROM, RAM. Conversores analógicos para digital (AD) e digital para analógico (DA). Tipos de manutenção. Gerenciamento e manutenção de equipamentos médico-hospitalares. Orçamentos. Cronogramas físico financeiros e de desembolso. Sistemas elétricos de baixa e média tensão, sistemas de lógica. Segurança em instalações e serviços em eletricidade (Norma Regulamentadora nº 10). Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde (Norma Regulamentadora nº 32). Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Título II: Capítulo I - Das Licitações e Capítulo II - Dos Contratos) BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CRUZ, E. C. A. Circuitos Elétricos – Análise em Corrente Contínua e Alternada. São Paulo: Editora Érica, 2014. SEDRA, A. S.; SMITH, K. C. Microeletrônica. São Paulo: Pearson, 2007. TOCCI, R. J.; WIDMER, N. S.; MOSS, G. L. Sistemas Digitais – Princípios e Aplicações. São Paulo: Pearson, 2011. AHMED, A. Eletrônica de Potência. São Paulo: Pearson, 2000. HOLSBACH, L. R.; VARANI, M. L.; CALIL, J. S. Manutenção Preventiva em Equipamentos Médico-Hospitalares. Brasília: Anvisa, 2005.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM FARMACÊUTICO**

Ética da profissão farmacêutica. Cálculos farmacêuticos. Assistência farmacêutica. Uso de medicamentos na prática clínica. Farmacovigilância. Sistemas de distribuição de medicamentos. Dispensação de medicamentos. Organização de almoxarifado. Controle de estoque de medicamentos e materiais de consumo. Controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Vigilância sanitária e

conhecimentos de medicamentos genéricos, de medicamentos estratégicos e excepcionais. Uso Racional de Medicamentos (URM). Farmacologia. Farmacotécnica. Biossegurança. Pesquisa em saúde. Legislação na área da Saúde. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ALLEN, LV Jr; POPOVICH, NG; ANSEL HC. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. Ansel H, Prince SJ. Manual de cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2008. ANVISA. RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre as Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. BISSON MP. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. São Paulo: Manole, 2016. BRASIL. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. \_\_\_\_\_. Resolução nº 596 de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética da Profissão Farmacêutica. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. FUCHS, FD, Wannmacher, L. Farmacologia Clínica - Fundamentos da Terapêutica Racional. 5ª Edição, Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2017. GOMEZ R, Torres ILS. Farmacologia Clínica. 1ª Edição, Rio de Janeiro. Elsevier, 2017. GOMES, MJVM. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. São Paulo: Atheneu (São Paulo), 2001. GONÇALVES, EA. Manual de segurança e saúde no trabalho. São Paulo: LTr, 2015. KATZUNG B; MASTERS S; TREVOR, A. Farmacologia Básica & Clínica. 13 ed. São Paulo. McGraw-Hill Int., 2017. SANTOS, L; TORRIANI, MS; BARROS, E. (Org.). Medicamentos na prática da farmácia clínica. Porto Alegre: Artmed, 2013. STORPIRTIS S, et al. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. Whalen K. Farmacologia Ilustrada. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM FISIOTERAPEUTA**

Avaliação e planejamento do tratamento fisioterapêutico. Prevenção e controle de fatores de risco, doenças cardiovasculares e diabetes Mellitus. Aprendizagem motora. Reabilitação do paciente com acidente vascular cerebral. Quadro motor do paciente tetraplégico. Considerações legais no atendimento do paciente. Fisiologia da dor. Estratégias de intervenção para reabilitação. Órteses e próteses. Princípios do exercício aeróbio. Amplitude de movimento. Saúde da mulher. Atividade física e envelhecimento. Treinamento de condicionamento muscular. Integração do sistema cardiovascular na reabilitação musculoesquelética. Testes clínicos ortopédicos. Miologia. Recursos fisioterapêuticos. Fisiologia do exercício aplicada ao idoso. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções do sistema respiratório e cardiovasculares. Prevenção em saúde pública. Atuação preventiva em Fisioterapia. Fisioterapia do trabalho. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (BRASIL). Manual técnico para promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: ANS, 2011. ASSIS, Rodrigo Deamo. Condutas práticas em fisioterapia neurológica. Barueri, SP: Manole, 2012. BÉLANGER, Alain-Yvan. Recursos fisioterapêuticos: evidências que fundamentam a prática clínica. [Tradução Lília Breternitz Ribeiro; Revisão científica Thiago Saikali Farcic]. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2012. CAEL, Christy. Anatomia palpatória e funcional. [Tradução Paulo Laino Cândido]. Barueri, SP: Manole, 2013. DELIBERATO, Paulo C. P. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2002. GOBBI, Fátima C. M.; CAVALHEIRO, Leny V. Fisioterapia hospitalar: avaliação e planejamento do tratamento fisioterapêutico. São Paulo: Atheneu, 2009. KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. [Tradução Lília Breternitz Ribeiro] 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2016. MAGEE, David J.; ZACHAZEWSKI, James E.; QUILLEN, William S. Prática da reabilitação musculoesquelética: princípios e fundamentos científicos. [Tradução Consultoria editorial Bev Evjen]. Barueri, SP: Manole, 2013. O'SULIVAN, Susan B. Fisioterapia: avaliação e tratamento. Barueri, SP: Manole, 2010. REBELATTO, José R. Fisioterapia geriátrica: a prática da assistência ao idoso. 2. ed. ampl. Barueri, SP: Manole, 2007. STARKEY, Chad. Recursos terapêuticos em fisioterapia. [Tradução Lília Breternitz Ribeiro e Ronaldo Luís da Silva]. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2017. TAYLOR, Albert W.; JOHNSON, Michael J. Fisiologia do exercício na terceira idade. [Tradução Soraya Imon de Oliveira]. Barueri, SP: Manole, 2015.

#### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM FONOAUDIÓLOGO**

Audição - anatomia e fisiologia da audição, avaliação audiológica infantil, do adulto e do idoso. Prótese auditiva, emissões otoacústicas e potencial auditivo de tronco encefálico, triagem auditiva neonatal. Processamento auditivo central. Linguagem, fala e motricidade orofacial – anatomia e fisiologia dos órgãos

fonoarticulatórios, patologias, avaliação e intervenção. Disfagia - Anatomofisiologia da deglutição, bases neurofisiológicas da deglutição, avaliação e intervenção em disfagia. Voz – disfonias, abordagem e intervenção. Atuação em saúde pública e no contexto escolar. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BOÉCHAT, E.M. et al (org.). Tratado de Audiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 2ª Edição. BRASIL. Lei nº 6.965 de 09 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. \_\_\_\_\_ . Ministério da Saúde: Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica, nº 39 - DIRETRIZES DO NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Disponível em: [bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno\\_atencao\\_basica\\_diretrizes\\_nasf.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_diretrizes_nasf.pdf) FERNANDES, F.D.M.; MENDES, B.C.A.; NAVAS, A.L.P.G.P. (org). Tratado de Fonoaudiologia. 2ª ed. São Paulo: Editora Roca, 2010. JOTZ, G. P.; ANGELIS, E. C; BARROS, A.P.B. Tratado da deglutição e disfagia: no adulto e na criança. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. LOPES FILHO, O.; CAMPIOTTO, A. R. Novo tratado de fonoaudiologia. 3.ed. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2013. Ortiz, K. Z. Distúrbios neurológicos adquiridos: linguagem e cognição.2ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2010. Ortiz, K. Z. Distúrbios neurológicos adquiridos: fala e deglutição.2ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2010. PANTANO, T., & Zorzi, J. L. (2009). Neurociência aplicada à aprendizagem. São José dos Campos: Pulso. QUEIROZ, I.; JUSTINO, H.; BERRETIN-FELIZ, G. Terapia fonoaudiológica em motricidade orofacial. São Paulo: Pulso Ed, 2012. REHDER, M.I.; BRANCO, A. Disfonia e disfagia: interface, atualização e prática clínica. São Paulo: Revinter, 2011.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM JORNALISTA**

História da comunicação no Brasil. Legislação em comunicação social: Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e Legislação profissional do jornalista. Teorias da Comunicação. Teorias do jornalismo. Assessoria de Imprensa, abordagem teórica e aplicação prática. Press release e entrevista coletiva. Opinião pública. Papel social da comunicação e questões éticas ligadas ao trabalho de uma assessoria. Noções básicas de produção em televisão, incluindo texto e captação. Prática jornalística em reportagem e cobertura jornalística impressa (jornal). Noções básicas de produção e reportagem em rádio. Critérios de importância na hierarquia dos acontecimentos. Relacionamento das fontes com os veículos de comunicação. Gerenciamento de crise. Dinâmica online, compartilhamento e interação com o público por meio das redes sociais. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BARBOSA, Marialva. História da Comunicação no Brasil. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008. CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias – 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2012. DUARTE, Jorge (Org.). Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a mídia: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011. NOBLAT, Ricardo. A arte de fazer um jornal diário – 6ª edição – São Paulo: Contexto, 2006. MCLEISH, Robert. Produção de Rádio: um guia abrangente de produção radiofônica. São Paulo: Summus, 2001. PATERNOSTRO, Vera I. O texto na TV: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. PRIMO, Alex. Interações em rede. Porto Alegre: Sulina (2013). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros – Disponível em [http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM NUTRICIONISTA**

Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição. Alimentos e Nutrientes. Avaliação Nutricional Individual e de Coletividades. Boas Práticas de Fabricação. Ética profissional. Fisiologia e metabolismo da nutrição. Higiene dos Alimentos. Microbiologia dos Alimentos e Toxi-infecções alimentares. Nutrição e Dietética. Nutrição e Dietoterapia nos ciclos da vida. Nutrição Enteral e Parenteral. Nutrição em Saúde Coletiva. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Segurança Alimentar e Nutricional. Técnica Dietética. Terapia Nutricional. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos. Brasília, Ministério da Saúde, 2019. ABREU, E. S. de.; SPINELLI, M. G. N.; PINTO, A. M. S. Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer. 6 ed. São Paulo: Metha, 2016. AGUIAR, O. B.; KRAEMER, F. B.; MENEZES, M. F. G. Gestão de pessoas em unidades de alimentação e nutrição. 1 ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2013. ANVISA. Resolução - RCD nº 63, de 6 de julho de 2000. Aprova o Regulamento Técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral. ANVISA. Resolução - RDC nº 52, de 29 de setembro de 2014. Altera a Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para os Serviços de Alimentação. ANVISA. Resolução - RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 e suas alterações/atualizações. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2004. ANVISA. Resolução - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003 e suas

alterações/atualizações. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2003. BRASIL. Ministério da Saúde. Consenso Nacional de Nutrição Oncológica. / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva; Nivaldo Barroso de Pinho (organizador) – 2. ed.rev. ampl. atual. – Rio de Janeiro: INCA, 2016. 112p. Il.; v. 2. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - 2. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de terapia nutricional na atenção especializada hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Presidência da República, 2017. BRASIL. Secretaria da Saúde do RS. PORTARIA nº 78/2009. Aprova a Lista de Verificação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação, aprova Normas para Cursos de Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação e dá outras providências. CALIXTO-LIMA, L. et al. Manual de nutrição parenteral. Rio de Janeiro: Rubio, 2010. CUPPARI, L. Guia de nutrição: Nutrição clínica no adulto. Guias de medicina ambulatorial e hospitalar. 3 ed. São Paulo: Manole, 2014. DOMENE S. M. A. Técnica Dietética – Teoria e Aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. ESCOTT- STUMP, S. Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento. 6 ed. São Paulo: Manole, 2011. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 4 ed. São Paulo: Manole, 2011. MAHAN, L. K.; ESCOTT- STUMP, S. Krause. Alimentos, nutrição e dietoterapia. São Paulo: Roca, 13 ed. 2013. MEZOMO, I. B. Os serviços de alimentação – planejamento e administração. 6 ed. São Paulo: Manole, 2015. SHILS, M. E. Tratado de nutrição moderna. São Paulo: Manole, 2009. Volumes I e II. SILVA JÚNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. 7 ed. São Paulo: Varela, 2014. SILVA, S. M. C. S. da; MURA, J. D. P. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo: Roca, 2011. SOBOTKA, L. (ed.). Bases da nutrição clínica. 3 ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2008. TOLEDO, D.; CASTRO, M. Terapia Nutricional em UTI. 1 ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2015. VITOLLO, M. R. Nutrição: da gestação ao envelhecimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2015. WAITZBERG, D. L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. São Paulo: Atheneu, 2009. Vol. I e II.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM PROCURADOR JURÍDICO**

Direito Constitucional - Teoria da Constituição: conceito e concepções. Classificação das Constituições. Aplicabilidade das normas constitucionais. Direito constitucional intertemporal. Interpretação constitucional. Poder Constituinte. Conceito. Espécies. Reforma constitucional. Emenda e revisão. Limites formais, circunstanciais e materiais. Controle de constitucionalidade. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Súmula vinculante. Lei nº 11.417/06. Princípios fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Ações Constitucionais. Habeas corpus. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data. Ação Popular. Ação Civil Pública. Direitos de Nacionalidade. Direitos políticos. Federação brasileira. União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios. Distribuição de competências. Intervenção federal e estadual. Administração Pública. Princípios constitucionais. Servidores públicos. Poder Legislativo. Estrutura e competências. Processo legislativo. Espécies Legislativas. Tribunais de Contas. Poder Executivo. Estrutura e competências. Responsabilidade do Presidente da República. Poder Judiciário. Estrutura e competências. Garantias e vedações dos magistrados. Conselho Nacional de Justiça. Funções essenciais à justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Advocacia. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio. Da Tributação e do Orçamento. Ordem econômica. Política urbana. Ordem social. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Direito Administrativo – Administração Pública. Estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado, organização do estado e da Administração, Entidades políticas e administrativas, órgãos e agentes públicos. Atividade

administrativa: conceito, natureza e fins, princípios básicos, poderes e deveres do administrador público, o uso e o abuso do poder. Organização administrativa da União: Administração direta e indireta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Agências Reguladoras. Regime jurídico da Fundação Municipal Hospitalar Getúlio Vargas (Município de Sapucaia do Sul. Poderes administrativos: Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, invalidação. Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade, procedimentos, anulação e revogação, modalidades (Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal 10.520/2002 e alterações). Contratos Administrativos. Serviços públicos. Agentes Públicos. Controle da Administração Pública. Responsabilidade Civil do Estado. Improbidade Administrativa. Lei nº 8.429/92. Lei 2028/97 Direito Civil - Fontes e aplicação da lei civil. Interpretação. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Conflito de leis no tempo e no espaço. Pessoa natural e pessoa jurídica. Bens, patrimônio e esfera jurídica. Classificação de bens. Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Atos jurídicos stricto sensu e negócio jurídico. Conceito, distinção e classificação. Existência, validade e eficácia. Nulidade e anulabilidade. Convalidação e conversão dos atos jurídicos. Atos ilícitos. Imputabilidade. Exclusão da ilicitude. Abuso de direito. Prescrição. Decadência. Direitos reais e obrigacionais. Conceito, natureza e distinção. Posse. Conceito, classificação, aquisição e perda. Efeitos da posse. Propriedade. Conceito. Noções gerais. Aquisição e perda. Restrições ao direito de propriedade. Princípios gerais do direito das obrigações. Obrigações. Conceito, elementos e caracteres da obrigação. Modalidades, formação e adimplemento da obrigação. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Contratos. Princípios contratuais. Noções gerais, conceito e classificação. Formação, efeitos e extinção. Contrato tipo. Contrato preliminar. Estipulação em favor de terceiros. Responsabilidade contratual do Estado. Contratos em espécie. Enriquecimento sem causa. Obrigações por atos ilícitos. Responsabilidade civil. Conceito, fundamentos e pressupostos. Espécies e efeitos da responsabilidade civil. Danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Tipos. Satisfação. Direito Processual Civil - Novo Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações. Princípios gerais do processo civil. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites. Competência. Critérios determinadores. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições. Direito de ação. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Sujeitos processuais. Juiz. Mediadores e Conciliadores. Impedimentos e Suspeição. Partes e Procuradores. Capacidade e Legitimação. Representação e Substituição Processual. Litisconsórcio. Da Intervenção de Terceiros. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Advogado. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. A Advocacia Pública. Fatos e atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades. Procedimento comum. Recursos. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. Súmula vinculante. Recursos repetitivos. Liquidação de Sentença. Cumprimento da sentença. Processo de Execução. Espécies. Embargos de Terceiros. Exceção de pré-executividade. Procedimentos Especiais. Generalidades. Características. Espécies. Ação de Consignação em Pagamento. Ação Monitória. Ação de Exigir Contas. Ações Possessórias. Restauração de autos. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação de Improbidade Administrativa. Juizados Especiais Cíveis. Lei Federal 12.153/2009. Direito Empresarial – Do Empresário. Da capacidade. Registro Público de Empresas. Sociedades Empresariais: classificação, características, distinções: sociedades não personificadas, sociedade comum e em conta de participação; sociedades personificadas, sociedade simples, em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, cooperativa e coligadas. Sociedade dependente de autorização. Sociedade de Economia Mista. O estabelecimento. Nome empresarial. Da empresa individual de responsabilidade limitada. Responsabilidade dos sócios e administradores. Desconsideração da personalidade jurídica e institutos afins. Direito Penal - Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e anterioridade. A lei penal no tempo no espaço. O fato típico e os seus elementos. Relação de causalidade. Culpabilidade. Superveniência de causa independente. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso e culposo. Erro de tipo. Erro de proibição. Erro sobre a pessoa. Coação irresistível e obediência hierárquica. Causas excludentes de ilicitude. Perdão judicial. Impontualidade penal. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Das penas. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Da condenação e da reabilitação. Das medidas de

segurança. Das medidas socioeducativas. Ação Penal Pública e Privada. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a ordem tributária. Legislação de proteção penal ao meio ambiente. Transação penal e suspensão condicional do processo. Direito Tributário - Sistema Tributário Nacional. Normas Gerais do Direito Tributário. Lei Complementar Federal nº 101/2000 e alterações. Lei Federal nº 4.320/1964 e alterações. Lei Federal nº 6.830/1980 e alterações – Lei da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública. Direito do Trabalho - Direito Constitucional do Trabalho. Princípios. Fontes. Direito adquirido. Renúncia e transação no Direito do Trabalho. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. Relação de emprego e suas características ou elementos essenciais. Natureza jurídica da relação de emprego. Sujeitos da relação de emprego. Normas gerais de tutela do trabalho: Identificação profissional. Duração do trabalho. Teletrabalho. Salário Mínimo. Férias anuais. Horas extras. Adicional Noturno. Periculosidade. Insalubridade. Dispensa. Rescisão. Justa Causa. Segurança e medicina do trabalho. Contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características. Objeto, forma e prova. Elementos essenciais à validade do contrato de trabalho. Nulidades contratuais. Contratos a prazo determinado. Alteração, interrupção e suspensão do contrato individual de trabalho. Jus variandi: caracterização, hipóteses e limites. Obrigações principais e acessórias do contrato de trabalho. Eficácia dos direitos fundamentais no contrato de trabalho. O contrato de trabalho com o Estado. Servidores regidos pelo regime celetista na Administração Direta e Indireta. Contratos para atendimento de interesse público excepcional. O Direito do Trabalho e a Administração Pública. Terceirização. Caracterização, classificação, procedimentos, regras e princípios aplicáveis. Terceirização. Responsabilidade do tomador dos serviços. Terceirização na Administração Pública: regras e princípios aplicáveis. Proteção do trabalho da mulher. Proteção do trabalho do menor. A responsabilidade civil e o direito do trabalho. Responsabilidade subjetiva/objetiva. Direito coletivo do trabalho. Princípios gerais e especiais. Negociação coletiva. Instrumentos normativos coletivos: espécies, conceitos, classificação, procedimentos, vigência, efeitos, prorrogação, revisão, denúncia ou revogação. Dissídio coletivo e poder normativo da Justiça do Trabalho. Súmulas e OJs do TST. Direito Processual do Trabalho - Princípios. Fontes. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e da Lei de Execuções Fiscais. Organização da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar. Conflitos de Competência. Partes, procuradores, representação, substituição processual e litisconsórcio. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita. Jus Postulandi. Mandato tácito. A intervenção de terceiros no processo do trabalho. Atos, termos e prazos processuais. Comunicação dos atos processuais. Notificação. Nulidade dos atos processuais. Preclusão, perempção. Dissídio individual: procedimentos comum e sumaríssimo. Liquidação de sentença. Execução. Embargos à execução e impugnação à sentença de liquidação. Penhora de bens, avaliação, arrematação, adjudicação e remissão. Embargos de terceiro. Fraude à execução. Execução das decisões proferidas contra pessoas jurídicas de direito público. Recursos. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Ação Rescisória na Justiça do Trabalho. Inquérito para apuração de falta grave. Mandado de Segurança em matéria trabalhista. Dissídios coletivos de trabalho na Justiça do Trabalho. Ações cautelares perante a Justiça do Trabalho. Medidas liminares contra a Fazenda Pública. Antecipação de tutela. Cabimento. A defesa trabalhista do Estado. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, ed. atualizada. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 e alterações/atualizações. Institui o Código de Processo Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988 com Emendas. Lei nº 8.397/1992 e alterações/atualizações. Lei nº 8.666/1993 e alterações/atualizações. Lei nº 10.406/2002 e alterações/atualizações. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Código Civil, Código de Processo Civil, Código Penal, Código Nacional Tributário e Consolidação das Leis do Trabalho. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, ed. atualizada. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, ed. atualizada. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011. JUSTEM FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2010. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2010. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, ed. atualizada. MELLO, MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, ed. atualizada. SILVA, José Affonso da Silva. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2011. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2010.

## **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM PSICÓLOGO**

Psicologia organizacional e do trabalho. Ética profissional. Psicodiagnóstico. Avaliação psicológica. Psicologia da saúde. Psicopatologia. Psicologia infantil. Psicologia de grupo. Saúde coletiva. Psicoterapia de orientação analítica. Psicanálise. Psicologia social. Psicologia hospitalar. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: ANGERAMI-CAMON, V.A. (Org.) E a Psicologia Entrou no Hospital. São Paulo: Pioneira, 1996. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. BAPTISTA, M. N.; DIAS, R. R. (org.). Psicologia hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. BLEGER, José. Temas de Psicologia - Entrevistas e Grupos. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. CAMPOS, F. E., OLIVEIRA JÚNIOR, M., TONON, L. M. Cadernos de Saúde. Planejamento e Gestão em Saúde. Belo Horizonte: COOPMED, 1998. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília, CFP, 2007. Disponível em: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 007, de 14 de junho de 2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP 17/2002. Brasília, DF, 2003. Disponível em: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: 2005. Disponível em: FRANCO, M.H.P. (Org.). A Intervenção psicológica em Emergências: Fundamentos para a Prática. São Paulo: Summus Editorial, 2015. FREUD, A. A infância normal e patológica: determinantes do desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1895. GABBARD, G. O. Psiquiatria psicodinâmica na prática clínica. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. HUTZ, C. S et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993. 352p. RIBEIRO, José Carlos Santos; DACAL, Maria Del Pilar Ogando. A instituição hospitalar e as práticas psicológicas no contexto da Saúde Pública: notas para reflexão. Rev. SBPH, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 65-84, dez. 2012. ROCHA, Fernando. Entrevistas preliminares em psicanálise – Coleção clínica psicanalítica. 2º ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. STRAUB, R. O. Psicologia da saúde: uma abordagem biopsicossocial. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. ZANELLI, J. C. O psicólogo nas organizações de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2002. ZIMERMANN, D. E. Psicanálise em perguntas e respostas: verdades, mitos e tabus. Porto Alegre: Artmed, 2005.

### **DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM TERAPEUTA OCUPACIONAL**

Fundamentos de Terapia Ocupacional. Métodos de avaliação em terapia ocupacional. Técnicas e abordagens aplicadas à terapia ocupacional. Morfologia, anatomia e cinesiologia humana. Distúrbios da percepção e distúrbios da coordenação. Disfunção músculo-esqueléticas. Ortopedia e traumatologia aplicada à Terapia Ocupacional. Neurologia aplicada à terapia ocupacional. Terapia ocupacional em reumatologia. Terapia ocupacional em pediatria. Terapia ocupacional em geriatria. Terapia ocupacional em saúde mental. Terapia Ocupacional na Assistência Hospitalar. Terapia Ocupacional e Saúde do Trabalhador. Terapia ocupacional e saúde pública. Reabilitação neuropsicossocial. Atividades e recursos terapêuticos. Tecnologias assistivas. Ergonomia. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA: CANÍGLIA, Marília. Modelos teóricos utilizados na prática da terapia ocupacional. Belo Horizonte: Ed. Expressa Artes Gráficas, 1993. COSTA, Clarice Moura; FIGUEIREDO, Ana Cristina (Org.). Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008. DE CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado de; LUZO, Maria Cândida de Miranda. Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. 1ª ed. São Paulo: Roca, 2004. FREITAS, Paula Pardini. Reabilitação da Mão. São Paulo: Atheneu, 2005. HALPER, Ricardo et. Col. Manual de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. Barueri, SP: Manole, 2015. KATZ, Noomi. Neurociência, reabilitação cognitiva e modelos de intervenção em Terapia Ocupacional. São Paulo, Santos, 2014. LANCMAN, Selma. (Org) Saúde Trabalho e Terapia Ocupacional. São Paulo: Roca, 2004. MANCINI, Marisa Cotta. Inventário de avaliação pediátrica de incapacidade (Pedi): Manual da versão brasileira adaptada - Pediatric Evaluation of Disability Inventory (Pedi). 1ª. ed. em português. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005. MEDEIROS, Maria Heloisa da Rocha. Terapia ocupacional: um enfoque epistemológico e social. São Paulo: Hucitec, 2003. PASSOS, Rachel Gouveia Passos; COSTA, Rosane de Albuquerque; SILVA, Fernanda Gonçalves. Saúde mental e os desafios atuais da atenção psicossocial. Editor Gramma Livraria e Editora; Edição: 2017.



PEDRETTI, Lorraine; EARLY, Mary Beth. Terapia Ocupacional Capacidades Práticas para as disfunções físicas – 5ª Edição. Roca. Brasil. SHACKLOCK, Michael. Neurodinâmica clínica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. TEIXEIRA, Erika; SAURON, Françoise Nicole; SANTOS, Lina Silva Borges; OLIVEIRA, Maria Cristina. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física. 1a ed. São Paulo: Roca, 2003.